

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



LEONILDE JOÃO FUMO
ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS
POLICIAIS**

XXVIII CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA MULHER: ANÁLISE
JURÍDICA DO ATUAL PANORAMA MOÇAMBICANO**

ORIENTADOR:
PROFESSOR DOUTOR MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

LISBOA, 22 DE ABRIL DE 2016



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



LEONILDE JOÃO FUMO
ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS
POLÍCIAS**
XXVIII CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA MULHER: *ANÁLISE*
*JURÍDICA DO ATUAL PANORAMA MOÇAMBICANO***

ORIENTADOR:
PROFESSOR DOUTOR MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

LISBOA, 22 DE ABRIL DE 2016



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autor: Leonilde João Fumo

Curso: XXVIII – Mestrado Integrado em Ciências Policiais

Título da obra: Violência Doméstica Praticada Contra Mulher: *Análise Jurídica do Atual Panorama Moçambicano*

Orientador: Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 22 de abril de 2016



“Não há nenhum caminho tranquilizador à nossa espera se o queremos, teremos de construir com nossas mãos”.

José Saramago

DEDICATÓRIA

*À minha filha Sulan,
A grande inspiração deste trabalho final...
Aos meus Pais que me lembraram antes de partir:
“Quem tem fé, honestidade e acredita em Jesus, nunca esta só,
Consegue ultrapassar todos obstáculos ao longo do caminho...”*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça e bênção concedida, e pela saúde e força de vencer todos os obstáculos ao longo desta caminhada e chegar a este momento.

Em memória dos meus pais, João Obede Fumo e Inês José Timóteo, agradeço por me terem posto no mundo, pela educação e ensinamentos transmitidos para seguir o caminho da verdade, honestidade e do respeito ao próximo.

A minha filha Sulan Saifudine Abdula, pela paciência, coragem, disponibilidade, amor, carinho, força e atenção que em muito me ajudaram na minha formação.

Ao meu orientador, Intendente Manuel Monteiro Guedes Valente, Professor Doutor, pela paciência, incentivo, sabedoria e responsabilidade na orientação e atenção prestada nesta dissertação até a sua conclusão.

Ao Mestre João da Costa Andrade, pela disponibilidade, responsabilidade, incentivo e paciência prestada nesta orientação.

À Professora Doutora Paula do Espírito Santo, pelo amor, atenção, força, e por ter-me encorajado todos estes cinco anos, e me lembrar que somos capazes nada é impossível.

Aos meus afilhados e amigos, Jorge Henriques da Costa Khalau e a esposa Edna Pedro Abel Khalau, pelo apoio e amizade que se mantêm até à conclusão desta formação.

À minha família, em especial, o (a) meu irmão/irmã, meu cunhado, os (as) tios (as), os (as) primos (as), avó e amigos (as), que me apoiaram de forma direta ou indireta neste percurso académico e profissional da Polícia.

Aos elementos do 24º e 27º, CFOP vai o meu apreço.

Ao XXVIII CFOP, do qual me orgulho de fazer parte. Pelos momentos de alegria e adversidade, pelas dificuldades e obstáculos que tivemos que ultrapassar juntos, recordações que ficarão para sempre.

Aos docentes do ISCPSI, pela sabedoria na transmissão dos conhecimentos.

A todos funcionários do ISCPSI pelo acolhimento, ao longo destes anos.

Por último aos PALOP, de todas as nacionalidades, Angola, Cabo Verde, São Tome, Guiné Bissau e Moçambique, pela força que me proporcionaram nesta caminhada dos 5 anos.

A todos vós, muito obrigado!

RESUMO

O fator motivante do presente trabalho sobre Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher: Análise Jurídica do atual Panorama Moçambicano deve-se ao elevado número de vítimas envolvidas neste crime de violência, assim como na análise do processo de resposta, relativamente à importância da participação ativa das forças de segurança, nomeadamente a Polícia da República de Moçambique na repressão e prevenção da violência doméstica praticada contra a mulher.

Considerando a importância do ideal de direitos, liberdades e garantias fundamentais num Estado de direito democrático, como a República de Moçambique, inquieta-nos averiguar se as medidas aplicadas nos casos qualificados como crime na lei penal moçambicana, tanto as medidas levadas à cabo no terreno pelos elementos policiais e ao nível de atendimento e acompanhamento das vítimas, são eficazes para facilitar a investigação criminal em casos de violência doméstica.

Para o efeito, analisamos as medidas previstas na legislação moçambicana relativa à violência doméstica bem como a integração da legislação internacional sobre esta matéria no ordenamento jurídico de Moçambique.

Palavras-chave: violência domestica, mulher, criança, análise jurídica, Polícia da República de Moçambique.

ABSTRACT

The motivating factor of this work entitled Domestic Violence practiced against Women.

Legal analysis of the current context in Mozambique, is due to the high number of victims involved in this crime of violence, as well as the analysis of the response process, regarding the importance of active participation of security forces in this case the Police of the Republic of Mozambique to combat domestic violence against women.

Considering the importance of the ideal of freedom in a democratic rule of law, the right man, but specifically intended to ascertain whether the measures applied in cases qualified as a crime in the criminal law in Mozambique and measures on the ground by police officers in police stations, the level of care and support for victims, are effective to facilitate the criminal investigation of domestic violence.

For this, we analyse the measures which are predicted in Mozambique's legislation on domestic violence as well as the integration of international law on this matter in Mozambique's juridical order.

Keywords: Violence domestic, Woman, Child, Police of the Republic of Mozambique.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJ	Autoridade Judiciária
al.)	Alínea
art.º	Artigo
ACIPOL	Académia de Ciências Policiais
AP	Autoridade da Polícia
APC	Autoridade de Polícia Criminal
APIC	Autoridade da Polícia de Investigação Criminal
CADHP	Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos
CC	Código Civil
Cfr.	Confira/Conforme
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CG-PRM	Comando Geral da Polícia da República de Moçambique
CMICP	Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
Coord.	Coordenador (a)
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRM	Constituição da República de Moçambique
CRP	Constituição da República Portuguesa
DL	Decreto-Lei
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
Ed.,	Edição
ISCPSI-ICPOL	Centro de Investigação Policial do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - Portugal
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
MINT	Ministério do Interior
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
n.º	Número
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
OPC	Órgão de Polícia Criminal
Org.	Organização
PGR	Procurador-Geral da República ou Procuradoria-Geral da República

PIC	Polícia de Investigação Criminal
pp.	Páginas
PRM	Polícia da República de Moçambique
Reimp.,	Reimpressão
ss	Seguintes
Vol.	Volume

Índice

Dedicatória	v
Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract	viii
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	ix
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA A MULHER EM MOÇAMBIQUE	21
1.1 Contexto da Violência Doméstica em Moçambique.....	21
1.2 Elasticidade do Conceito da Violência Doméstica	27
1.3 A Violência Doméstica e o Crime Público	29
1.4 Do Relacionamento entre os termos Género, Feminino e Mulher.....	31
CAPÍTULO II - TIPOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA MULHER EM MOÇAMBIQUE	34
2.1 Conceitos À luz da LEI N.º 29/2009, de 29 de Setembro	34
2.2 Violência conjugal.....	35
2.3 Maus tratos físicos.....	37
2.4 Maus tratos psicológicos, emocionais e verbais.....	39
2.5 Maus tratos financeiros ou económicos ou material	40
2.6 Abuso sexual	41
2.7 Ciclo da Violência Doméstica	43
CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SISTEMA JURÍDICO MOÇAMBICANO.....	45
3.1 Análise legislativa sobre violência doméstica em moçambique.....	45
3.2 Princípios da Atuação Policial Perante a Violência Doméstica.....	50

CAPÍTULO IV - DAS MEDIDAS E PENAS APLICADAS NO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MOÇAMBIQUE.....	58
4.1. Aplicação das penas	58
4.2. Das Medidas Cautelares de Polícia.....	60
4.3. Prevenção e combate á violência doméstica em Moçambique	62
4.4. Atendimento das vítimas de violência doméstica	65
4.5. Procedimentos na polícia de investigação criminal	72
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	74
Referências Bibliográficas	77
Anexos.....	79

Lista de Anexos

Anexo I - Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro- que aprova a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra Mulher.

Anexo II - Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, Lei da Polícia da República de Moçambique e Revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro.

Anexo III – Lei n.º 8/2008, de 15 de julho, Lei da Organização Tutelar de Menores.

Anexo IV - Lei n.º 35/2014, de 31 de dezembro, Código Penal aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886.

Anexo – V – Organograma.

*“Eu sou contra a violência porque parece fazer bem, mas o bem só é temporário;
o mal que faz é permanente.”*

Mahatma Gandhi

INTRODUÇÃO

O ato de Violência Doméstica configura uma conduta que maioritariamente não é aceite na sociedade, apesar de algumas mulheres, ainda hoje, acharem ser normal. A Lei Moçambicana Sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, define a violência doméstica contra mulher como sendo “todos os atos perpetrados contra a Mulher e que cause, ou que seja capaz de causar danos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos incluindo a ameaça de tais atos, ou imposição de restrições ou a privação arbitrária das liberdades fundamentais na vida privada ou pública”. Cumpre ainda notar que a Constituição da República de Moçambique (CRM) preceitua no artigo 3º, que *a República de Moçambique é um Estado de direito baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito a garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem*¹.

No âmbito da prossecução de interesse público, a Polícia da República de Moçambique (PRM), de entre várias funções consagrados pela Constituição e pela Lei, tem a função de *garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de direito Democrático e dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos*, conforme consagra o artigo 3º, da Lei n.º 16/2013, de agosto – Lei de Base da PRM.

Esta polícia, que, pela sua natureza, desenvolve várias atividades, integra diversos ramos e unidades de polícia, dentre eles o ramo da Polícia de Investigação Criminal (PIC), integrado no Ministério do Interior, através do Decreto-Lei n.º 25/75, de 18 de Outubro. Esta polícia trabalha juntamente com outros órgãos na investigação dos processo-crimes, na ótica de prevenção e repressão ao crime, âmbito em que foram criados vários dispositivos legais, concretamente na temática de Violência Doméstica, como por exemplo, Lei de Família, criada pela Lei n.º 10/2004, de 24 de agosto, de forma à melhora adequação à realidade do país.

A Constituição vigente visa garantir a efetividade dos direitos humanos em consonância com a realidade sociocultural do país, o que naturalmente implica a eliminação das disposições que sustentam a desigualdade de tratamento nas relações familiares e a

¹ Cfr. Constituição da República de Moçambique de (2004), aprovada pela Assembleia da Republica, ao 16 de novembro, publicado no Boletim Oficial da República de Moçambique.

promoção do respeito pela moçambicanidade, pela cultura e identidade própria do povo moçambicano.

A questão da violência doméstica não contempla somente aquilo que outrora era exercido de homem para mulher, mas hoje em dia passa por vários prismas. Perante este fenómeno de violência, que tanto preocupa a sociedade em geral e, em particular, a moçambicana, e no sentido de abranger todos, sem qualquer forma de distinção, foi criada a Lei que protege o Direito da Criança n.º 7/2007, de 9 de julho, cujo artigo n.º 1 esclarece ter com *objetivo a promoção da criança e visa reforçar, estender, promover e proteger os direitos da criança, na Carta Africana sobre os direitos e o bem-estar da criança e de mais legislações de protecção a criança*. São inegáveis as circunstâncias adversas a que se têm sujeitado muitas crianças, vítimas de violência e maus tratos pela família ou perante a sociedade onde se inserem.

O legislador, ao criar estas leis, pretendeu conceder a necessária proteção à família, às mulheres e à criança nos casos específicos de violência doméstica. Tendo sido efetuados com base na situação legislativa de violência doméstica, esse esforço culminou na elaboração de leis e compilações numa *coletânea sobre menores e violência doméstica, que faz apresentação integral e parcial da legislação moçambicana atinente aos assuntos ligados à proteção, assistência, criminalização, normalização e administração da justiça, nas áreas de proteção a criança, violência doméstica, tráfico de pessoas, VIH/SIDA, com destaques para mulheres e crianças (não se excluindo o homem, segundo o princípio da universalidade e igualdade plasmado na CRM)*².

Para fazer face ao panorama de violência, “o acesso ao direito e a justiça constitui um direito humano consagrado em vários instrumentos jurídicos internacionais, com destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos adoptada em 1981”³. Tendo em conta a situação criminal que o país enfrenta, sobretudo atentas as novas formas e *modus operandi* levado a cabo pelos agentes dos crimes, como também a intervenção das autoridades no sentido de garantir da melhor forma a proteção dos

² Cfr. Delfino Raimundo & Mabunda Lurdes, (2014). Departamento de Atendimento a Mulher e Criança - Comando Geral da PRM- *Compilação de Legislação Sobre Menores e Violência Doméstica*. 2ª Ed: p. 3.

³ Cfr. Mecanismo Multisectorial De Atendimento Integrado À Mulher Vítima Da Violência 17ª Sessão Ordinária de 22 de Maio de 2012, diz também que “o sector da justiça assumiu o compromisso da reforma legal no combate á violência actividade que se encontra em curso. O acesso ao direito e á justiça são princípios consagrados no art. 62.º da CRP, competindo ao Estado, através do instituto do patrocínio e assistência jurídica assegurar a materialização efectiva deste direito fundamental.”

cidadãos envolvidos, sejam ofendidos ou ofensores, ou num outro patamar de responsabilidade nesse sentido, pretendemos, com o presente trabalho, refletir e trazer à discussão pública as várias matérias implicadas no tema: *A Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher. Análise jurídica do atual panorama em Moçambique.*

O presente trabalho enquadra-se no âmbito da Dissertação Final do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, onde se pretende levar a cabo um estudo sobre “Violência Doméstica Praticada Contra Mulher: *Análise Jurídica do Atual Panorama Moçambicano.*”

O tema que nos propomos a estudar, analisar-se-á, fundamentalmente, à luz da Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro (Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher), e outros instrumentos legalmente considerados no mundo académico e no regime jurídico moçambicano. Num prisma conceptual, *a violência contra as mulheres, é um problema que atinge todas as sociedades e culturas, afectando-as a todos os níveis independentemente da sua classe social, nível de renda, raça ou grupo étnico. A nível mundial, passou a ganhar visibilidade e a ser reconhecida como um problema grave a partir dos anos 60, sobretudo através dos movimentos sociais, por força e iniciativa das organizações a favor dos Direitos das Mulheres,*⁴.

Contudo, é de admitir que, através destes movimentos sociais, a mulher e a criança passaram a ter um tratamento diferente, uma vez que se trata de pessoas mais vulneráveis que têm sofrido práticas criminosas intoleráveis quer no seio das famílias, nas escolas, na comunidade e nos espaços públicos. Realidade que demanda a evidente necessidade de criar alternativas para a sua eliminação, devolvendo a paz social na convivência entre as comunidades social e democraticamente constituídas e organizadas, com um valor de responsabilidade acrescido no respeito dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

⁴ Cfr. Vicente Ana (1999). *Direitos da Mulher - Direitos Humano*. Publicações do Projecto RAF/97/Po7, Ministério da Saúde/FNUAP, Portugal, p. 7.

PROBLEMA E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A violência doméstica contra a mulher e a criança, mesmo tratando-se de fenómeno criminoso que perdura há já muitos anos, apenas recentemente conheceu tipificação na legislação Moçambicana. Percebe-se a existência de maiores esforços no tratamento das situações inerentes, como é o caso da criação de gabinetes, a promoção e o apoio a instituições que trabalham em coordenação com os serviços específicos de atendimento à mulher e a criança, assim como o surgimento de legislação sobre a matéria da violência doméstica. Por ser assim, no presente trabalho, o problema de investigação é o seguinte:

De acordo com JOSÉ LUÍS PINTO CARVALHO, a pergunta de partida “constitui uma etapa-charneira da investigação, entre a rutura e a construção”⁵, Cumpre-nos então identificar qual o problema do objeto do estudo. Assim, o mesmo poderá ser identificado da seguinte forma:

Que procedimentos legais previstos são levados a cabo pelas autoridades policiais e outras entidades no atendimento à vítima segundo o atual panorama da violência doméstica em Moçambique?

De acordo com a temática em apreço, o presente estudo tem como objetivo geral: *Compreender os procedimentos legais na tramitação de processos de violência doméstica praticada contra a mulher no regime jurídico moçambicano.*

Partindo do objetivo geral estabelecido, pretende-se que se alcance os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Analisar conceptualmente e identificar os vários tipos de violência doméstica tratados no ordenamento jurídico moçambicano;
- ❖ Elucidar os princípios da atuação policial como garante de cumprimento da Lei e das normas constitucionalmente estabelecidas;
- ❖ Identificar os procedimentos legais previstos aplicáveis na tramitação de processo da violência doméstica desde o conhecimento do fato até à decisão final.

⁵ Cfr. Ramalho José Luís Pinto (2005). *Metodologia de investigação científica*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares: p. 28.

- ❖ Identificar o papel dos Agentes Policiais, especialmente os que estão ligados ao Gabinete de Atendimento Policial, e a relevância na instrução preparatória dos processos-crime na PIC.
- ❖ Analisar as principais dificuldades e problemas encontrados na aplicação da Lei de violência doméstica em Moçambique.
- ❖ Identificar os fatores que possam contribuir eficazmente para as ações de prevenção e repressão da violência doméstica contra as mulheres.

HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO

Neste trabalho pretendemos aferir ou refutar as seguintes hipóteses:

- ❖ Aferir se existe ou não um esforço, por parte das entidades moçambicanas, em prevenir e reprimir o fenómeno da violência doméstica.
- ❖ Saber se são adequados, em geral, os procedimentos previstos e levados a cabo pelas autoridades policiais e outras entidades no atendimento à vítima segundo o atual panorama da violência doméstica em Moçambique.
- ❖ Saber se é possível identificar as principais dificuldades e problemas encontrados na aplicação da Lei de violência doméstica em Moçambique.
- ❖ Por último, aferir se é possível identificar os fatores que contribuem eficazmente para as ações de prevenção e repressão da violência doméstica contra as mulheres.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

De acordo com PAULA ESPÍRITO SANTO, os trabalhos científicos *corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente, métodos aqueles que devem ser planeados e apropriados ao objetivo de análise (...), e crítica do conhecimento científico*⁶. Segundo aquela Autora ...metodologicamente deve procurar-se fundamentar pressupostos, reforçar bases de análise, permitir a partilha de caminhos por outros investigadores”⁷.

⁶ Cfr. Santo, P. E. (2010). *Introdução á metodologia em ciências sociais – Génese, fundamentos...*, p. 11.

⁷ Cfr. Santo, P. E. (2010). *Introdução á metodologia em ciências sociais ...*, Lisboa: Sílabo, p. 37.

Nestes termos, para realização deste trabalho utilizaremos métodos qualitativos dado que *pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados*⁸. No entanto, o estudo de casos qualitativos “*caracteriza-se pelo seu carácter descritivo, indutivo, particular e a sua natureza heurística pode levar à compreensão do próprio estudo*”⁹. Procederemos à análise jurídica do conteúdo da bibliografia recolhida que corresponda ao objeto de estudo do presente trabalho, atenta à legislação inerente ao Direito moçambicano como também a do direito internacional público.

De salientar que procurar-se-á, também, examinar a aplicação das penas jurídico-legais no regime moçambicano e das medidas cautelares e de polícia. Manter-se-á contacto com o Gabinete de Atendimento a Família e Menores Vítimas de Violência, por se tratar instituição ligada aos casos de violência doméstica. Nas esquadras, procurar-se-á o contributo de agentes especializados para lidar com este tipo de crime, em especial a PRM e a PIC, assim como se analisará o trabalho que tem sido desenvolvido pelos Tribunais, Procuradoria, Liga dos Direitos Humanos (LDH), Ação Social (AS), IPAJ (Instituto de Patrocínio Jurídico) e MISAU (Ministério da Saúde). Em jeito de conclusão, serão apresentadas as perspectivas dos pontos críticos sugestões e recomendações.

ESTRUTURA CONCEPTUAL DO ESTUDO

A estrutura do presente trabalho se consubstancia a estrutura clássica de qualquer trabalho científico, a qual abarca a introdução, desenvolvimento temático e conclusões. Tendo em vista a sua natureza jurídica, na conceção exploratória, o mesmo apresenta uma introdução, onde se pretende apresentar a temática, contexto da investigação, pergunta de partida e os objetivos, bem como as hipóteses levantadas. O *corpus* do trabalho apresenta (4) capítulos.

No primeiro capítulo, dedica-se a contextualização da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher em Moçambique, donde se pretende explicar o contexto da violência doméstica em Moçambique, a elasticidade do conceito da violência doméstica e no âmbito

⁸ Cfr. Goddoy, (1995), in, Ângelo Afonso, (2015) *Tomada de decisão Policial em Grandes Eventos Político*, Trabalho de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Lisboa: ISCPSI: p. 62

⁹ Cfr. Merriam, S.B, (1988) *Case study research in education*, San Francisco, CA: J-, p. 32

jurídico, sendo um crime de natureza pública, bem como explicar para melhor apreensão, o relacionamento entre os termos género, feminino e mulher.

Quanto ao segundo capítulo, abordam-se os tipos de violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique. Pretende, aferir-se os conceitos à luz da Lei 29/2009, de 29 de setembro, como também da doutrina sobre esta matéria, sobre os conceitos básicos, designadamente, violência conjugal, maus tratos físicos, maus tratos psicológicos, emocionais e verbais, maus tratos financeiros ou económicos ou material, abuso sexual, bem como explicar como se processa o ciclo da violência doméstica.

O terceiro capítulo centra-se no estudo da violência doméstica no sistema jurídico moçambicano, sobretudo na análise legislativa e princípios da atuação policial perante situações de violências doméstica em geral e das mulheres em particular.

O último capítulo prende-se com as medidas aplicadas no crime de violência doméstica praticada contra mulheres, principalmente, as medidas cautelares e de polícia, como também de aplicação das respetivas penas. Neste sentido falaremos da prevenção e repressão à violência doméstica em Moçambique e do atendimento, apoio e proteção das vítimas.

O trabalho terminará com conclusões e recomendações.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA A MULHER EM MOÇAMBIQUE

1.1 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MOÇAMBIQUE

O fenómeno da Violência Doméstica não é um assunto isolado e atual na sociedade moçambicana. Trata-se de um ato que já vinha sendo praticado desde a antiguidade em muitas sociedades do planeta e que vinha sendo transmitido de geração para geração, de forma direta ou indireta, cujas consequências ainda são visíveis em algumas famílias na modernidade. Este tipo de fenómeno era muitas vezes praticado pelas pessoas da mesma família¹⁰, que decerto modo encaravam com maior normalidade, aceitando-o como parte da situação da vida, com mais ênfase no que diz respeito “forma de educar” onde a principal vítima era a mulher e criança. O homem, o centro de todas as atenções da família, podia fazer tudo quanto estava ao seu alcance, violentando a camada mais fragilizada da família “a mulher e criança”.

Antigamente a Violência Doméstica não era vista como um ato social violento. Via-se como um assunto meramente familiar. As pessoas não sabiam que estavam a praticar atos que consubstanciavam um crime. Aliás, ignoravam. Contudo, estes fatos implicavam a tomada de certas medidas punitivas, isto é, qualquer sanção nesse sentido era aplicada ao nível da família, descourando-se a legitimidade do *forum* judicial. O fenómeno de violência doméstica envolve vários fatores, como por exemplo, culturais, económicas, psicológicas, dentre outros.

Outrossim as mulheres e as crianças não tinham direitos reconhecidos, na mesma igualdade como os homens. Por exemplo, o Direito à educação, ao trabalho remunerado, emprego eram para homens. A mulher ficava a cuidar da casa e dos filhos, era considerada propriedade do homem, dependia totalmente do marido. Esta aceção fazia com que ela se mantivesse calada a aguentar todas as situações constrangedoras promovidas pelo marido.

¹⁰ Murdock, George, (1949), apud Fausto Amaro (2006), *Família é um grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução...*, p. 74.

Deste modo inculcava-se a ideia de que o que acontecia entre as quatro paredes do lar tinha caráter privado, ou “entre marido e mulher não se mete colher” sabendo-se que cada vez mais as pessoas (vítimas) estavam inseridas naquele ambiente doméstico, puramente familiar, mais expostas e dependentes do seu agressor. Por sua vez a violência doméstica destruía as “afeções da família”¹¹ e rompia os costumes.

Evidenciou-se posteriormente que a preocupação de pôr termo ao flagelo de violência que assolava a camada feminina e não só, aos mais vulneráveis, ANA VICENTE explica que “com o surgimento dos movimentos feministas, nos anos 60 e 70 do século XX, muitas mulheres começaram a denunciar determinadas práticas discriminatórias, resultante do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, que estão nas principais causas de violência”¹².

Em Moçambique, a violência contra a mulher não tem limite de idade, condição social, origem ou religião. A violência manifesta-se de várias maneiras e, em muitos casos, também está ligada à tradição, à cultura e à forma como o homem e a mulher são socializados. E porque se trata de uma forma de controlo, o agressor alega que são regras e normas que a mulher deve cumprir e obedecer, quando emanadas pelo seu marido.

Evidencia-se que “ [...] em todas as comunidades, qualquer que seja sua cultura, as pessoas têm uma aspiração comum: a busca pela paz, a eliminação definitiva da guerra e da violência, e a luta diária para melhorar a qualidade de vida dos que os rodeiam”¹³.

Nesse contexto, o “Estado deparou-se com a necessidade de intervir de uma forma especial, identificando como o maior obstáculo ao sucesso do regime jurídico-criminal ora criado o fato de violência contra as mulheres se tratar uma questão estrutural da sociedade, baseada nas relações de poder dos homens sobre as mulheres, em que tanto os dominantes como as dominadas reconhecem legitimidade a essa relação desigual, sendo esta a razão pela qual tantas vezes assistimos à “conspiração do silêncio”, em que os que a ela assistem, ignoram a sua relevância”¹⁴.

¹¹ Andrade Manuel Costa, (1991) Consentimento e acordo em Direito Penal (Contributo para a fundamentação de um paradigma dualista), Coimbra Editora, pp. 386-387.

¹² Cfr. Vicente Ana, (1999), apud Delfino José e Lurdes Mabunda *Direitos da Mulher - Direitos Humanos*. Publicações do Projeto RAF/97/Po7, Ministério da Saúde/FNUAP, Portugal, p. 1.

¹³ Ortega & Del Rey (2002), apud Carreira, p. 143.

¹⁴Salgado, Catarina (2010) <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Salgado-Catarina-regime-juridico-da-violencia-domestica-praticada-contra-a-mulher-no-direito-penal-mocambicano-Algumas-consideracoes.pdf> Consultado em novembro dia 12 de 2015

Atualmente o ato de Violência Doméstica é visto como crime, embora algumas pessoas ainda têm uma posição obscura, mantendo-se no silêncio, devido ao medo, à insegurança, à pobreza, à posição económica e à pouca evidência quanto ao reconhecimento da lei.

Dado o interesse do Estado em prestar a proteção das vítimas, garantir que todos os cidadãos gozem dos mesmos direitos, surge uma iniciativa *Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado À Mulher Vítima de Violência*¹⁵ integrado no Ministério da Mulher e da Ação Social, cujos fundamentos mereceram a nossa atenção: *Assim num âmbito de caracterização da violência contra a mulher em Moçambique e de identificação de mecanismos para a combater, surge a Lei n.º 29/2009- Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e o Plano Nacional de Ação para Prevenção e Combate da Violência Contra a Mulher 2008-2012*¹⁶.

O plano em referência surge com o objetivo da “expansão e melhoria dos serviços prestados às mulheres vítimas de violência, incluindo os serviços de assistência médica, jurídica, psicológica e social numa coordenação multissetorial e integrada destes serviços, de forma a fornecer uma resposta atempada e sustentável às vítimas”¹⁷.

De acordo com a al. c) do n.º 1 do artigo 183.º conjugado com o n.º 1 do artigo 179.º, ambos da Constituição da República de Moçambique (CRM) de 2004, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, cujo objeto versa sobre A Violência Praticada Contra a Mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares e de que não resulte a morte. No caso em que dos atos da violência resulte a morte, são aplicadas as disposições do Código Penal¹⁸.

A presente Lei foi criada com objetivo de *prevenir, sancionar os infratores e prestar as mulheres vítimas de Violência Doméstica a necessária proteção, garantir e introduzir medidas que forneçam aos órgãos do Estado os instrumentos necessários para a eliminação da Violência Doméstica.*” Também a presente Lei “*visa a proteger a integridade física, moral, psicológica, patrimonial e sexual da mulher, contra qualquer*

¹⁵ Aprovado pelo Conselho de Ministros, na 17ª Sessão Ordinária de 22 de Maio de 2012.

¹⁶ Cfr. Ministério da Mulher e da Acção Social, (2012) *Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado À Mulher Vítima de Violência*. 1.ª Edição, Maputo, p. 6.

¹⁷ Cfr. Ministério da Mulher e da Acção Social, (2012) *Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado À Mulher Vítima de Violência*. 1.ª Edição, Maputo, p. 7.

¹⁸ Conforme o n.º, 1 e 2 do art. 1º da Lei n.º 29/2009, 29 de setembro.

*forma de violência exercida pelo seu cônjuge, ex-cônjuge, parceiro, ex-parceiro, namorado, ex-namorado e familiares*¹⁹.

O termo família²⁰ apresenta-se com muitas vertentes quanto a sua aplicação, contexto e interpretações, e neste sentido e no âmbito temático nesta dissertação, urge nos integrar na Lei n.º 10/2004, a Lei da Família, e no artigo 119.º da CRM, por ser um instrumento que permite enquadrar o termo de forma legal e jurídico. Esta lei estabelece as formas de Constituição da família, o casamento, o parentesco, afinidade, a união de fato e a adoção. Neste âmbito e segundo o objeto do presente trabalho, todos os indivíduos inseridos dentro destes contextos estão abrangidos pela Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

No entanto, o artigo 21.º da Lei 29/2009, de 29 de setembro, estabelece que “ao atribuir a natureza pública ao crime de violência doméstica, vem reconhecer que não só se trata de um problema social, com dignidade punitiva e carente de tutela penal, mas também de um problema público, relativamente ao qual o Estado tem responsabilidades ao nível da contenção e do combate a uma situação clara de grave violação de um direito constitucionalmente consagrado”.

A presente Lei não se aplica somente às mulheres. Estamos perante o Princípio da Igualdade de Género, na medida que o referida lei estabelece que *A disposição da presente Lei aplica-se também ao homem, em igualdade de circunstância e com as necessidades adaptações*²¹. Significa que o homem e a mulher estão nas mesmas circunstâncias na aplicação desta lei.

A CRM prevê o princípio da igualdade de género ao estabelecer que *o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural*²². Esta realidade não se encontra limitada no princípio da igualdade fato que pode concretizar-se em complementaridade no princípio da universalidade em que se estabelece que *Todos os cidadãos são iguais perante a Lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem*

¹⁹ Conforme preceituado nos art. 2º e 3º da Lei n.º 29/2009, 29 de setembro.

²⁰ Segundo Amaro Fausto, (2006), *Introdução a sociologia da família* “Família é um grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodutiva...” Ver o cometado família na Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto, artigo 1.º n.º 1 e 2.

²¹ Segundo as disposições do art. 36º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

²² Conforme o art. 36.º da CRM e art. 7º de Convenções Internacionais e Direitos Humanos.

*étnico, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política*²³. Neste caso este ato de violência viola gravemente os direitos fundamentais consagrados na CRM, não excluindo quaisquer outros constantes das Leis²⁴.

A proteção da pessoa humana é uma realidade materializada no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião. Todos são iguais perante a lei, e sem distinção (...)”²⁵.

É de frisar que a semelhança das mulheres, as crianças constituem um grupo vulnerável que têm estado a sofrer ações de violência, na família, na comunidade, na escola e no espaço público. Pode-se dizer que o tratamento dado às mulheres e às crianças, viola certamente com o normativo jurídico interno como também outros instrumentos internacionais que o país aderiu.

A Constituição moçambicana consagra no artigo 47.º os Direitos da Criança ao estabelecer que: *As crianças têm direito a proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar, a criança pode exprimir livremente a sua opinião, nos assuntos que lhes dizem respeito em função da sua idade e maturidade, todos os atos relativos as crianças, quer praticadas por entidades públicas, quer por instituições privadas, têm principalmente em conta o interesse superior da criança.*

A aquisição de direitos foi um processo lento, mas começa a estabilizar-se e estão definidos alguns processos para a sua proteção. Manter os jovens em ambientes saudáveis, favoráveis ao seu crescimento natural, dando-lhes oportunidade de brincar, aprender, experimentar e conhecer é algo fundamental. Qualquer ambiente adverso pode, eventualmente, criar na criança traumas que se refletirão no futuro e a prejudicarão. É relativamente a este ambiente adverso que a Polícia deve atuar e prevenir situações prejudiciais para a criança, através das equipas de proximidade existentes, recolhendo informações e atuando nas causas dos problemas.

Ainda neste raciocínio no que diz respeito às crianças, havendo necessidade de reforçar os mecanismos legais de promoção de direitos da criança foi aprovada a Lei n.º 7/2008, de

²³ Conforme o art. 35.º da CRM.

²⁴ Nos termos do art. 42.º da CRM.

²⁵ Conforme os art.s. 2.º e 7.º da *Declaração Universal dos Direitos do Humanos (DUDH)*.

9 de julho, Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. A Lei em referência *tem por objetivo (...) a proteção da criança e visa reforçar, estender promover e proteger os direitos da criança, tal como se encontram definidos na CRM, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana Sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança e demais legislação de proteção a criança*²⁶. Estipula, essencialmente, os objetivos da sua criação, considerando que as crianças são pessoas sensíveis, indefesas e vulneráveis a todas as tendências. Temos que protegê-las dos agressores e “malfeitores”.

Neste caso o princípio da prevalência da família²⁷ “declara que a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito a proteção desta e do Estado”, como também o prescrito na al. g) do artigo 4.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (LPCJ), considera que as medidas destinadas a promover os direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo devem ter por finalidade a integração da criança e do jovem na sua família.

O princípio da prevalência da família encontra-se consagrado no artigo 5.º da Convenção sobre Direitos da Criança, preceito que prescreve que aos Estados Partes compete “assegurar a criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos, respeitando, sempre as responsabilidades, direitos e deveres dos pais”. Todavia, entende-se como criança “todo o ser humano com uma idade inferior a 18 anos de idade”²⁸.

A CRM consagra, no n.º 1 e 2 do artigo 17.º e n.º 1 do artigo 18.º, que Moçambique tem uma relação e direito internacional de amizade e cooperação com outros Estados, a fim de implementar mecanismos de repressão e prevenção a este tipo de crime.

No que diz respeito a legislação internacionais, Moçambique assinou e ratificou os principais instrumentos para a proteção dos direitos da criança e da mulher, destacando-se a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, a Convenção sobre os Direitos da Crianças, Carta Africana Sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em Dezembro de 1979 na ONU, a Declaração e Plano de Ação de Viena, de 1993, e o Protocolo dos Direitos Humanos da

²⁶ Nos termos do art. 1º da Lei n.º 7/2008, de 9 de julho

²⁷ Nos termos do art. 5.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, como também art. 16.º da DUDH.

²⁸ Segundo art. 2º da *Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança* (1990) e n.º 1 do art. 3º da Lei n.º 7/2008, de 9 de julho.

Mulher Africana, “de forma unânime, recomendavam a elaboração de legislação e a adoção de medidas com vista a erradicar o fenómeno da violência doméstica, a punir os infratores, e ainda a proteger e apoiar as vítimas dos seus agressores, implementando programas de reabilitação”²⁹.

1.2 ELASTICIDADE DO CONCEITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Na perspectiva de JÚLIO WAISELFISZ, o contínuo incremento da violência quotidiana configura-se como aspeto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida societal³⁰.

Etimologicamente, o termo violência vem do latim “violêntia”, que significa violência, caráter bravio. Estes significados estão constantemente relacionados a uma força ou potência, que agride, transgredir algo ou alguém. Na perspectiva de YVES MICHAUD, “a força se torna violenta quando passa da medida ou perturbar uma ordem”³¹. No entendimento da NILO ODALIA quanto à violência, explica que o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida³².

No contexto interno, o legislador ordinário estabeleceu um conceito legal sobre a violência. É na Lei de Violência Doméstica praticada contra a mulher onde se encontra a definição da Violência, sendo “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial dos objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos económicos incluindo os destinados a satisfazer as suas necessidades”³³.

Não obstante as teorias existentes sobre o fenómeno da violência e a perspectiva do legislador nacional como internacional, o conceito de violência deve ser entendido como sendo dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento.

²⁹ Salgado Catarina (2010). *Do Regime Jurídico da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher no Direito Penal Moçambicano*. Maputo: p. 2

³⁰ Cfr. Waiselfisz, Júlio, (2011). *Mapa da Violência 2011 – Os Jovens do Brasil*, p. 9

³¹ Cfr. Michaud, Yves, (1987). *A violência*. Coleção Princípios e Fundamentos. São Paulo: Editora Ática.

³² Cfr. Odalia, Nilo, (1987). *O que é a violência*. Coleção Primeiros Passos. 4ª Ed: São Paulo, Ed: Brasiliense.

³³ Segundo Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, aprovado pela Assembleia, aos 21 de junho de 2009.

Porém, COSTA & SANTOS estabelecem uma substancial diferença entre a violência e agressividade. Para estes, agressividade é um componente natural (biológico) no ser humano e está ligada aos instintos de sobrevivência. A violência é concebida como produto da cultura e definida como o “emprego desejado (portanto racional) ” com fins destrutivos³⁴.

FERREIRA define violência no sentido léxico, “ qualidade de violento; Ato violento; Constrangimento físico ou moral; uso da força; Coação”³⁵. Quanto a ambiguidade deste fenómeno, “o termo violência não implica exclusivamente uma conotação negativa. Ou melhor, ele comporta uma ambivalência semântica digna de interesse”³⁶. Por outro lado, pode dizer-se que a Violência é o uso da força destinada a exercer uma coação física ou moral, de carácter individual ou coletivo.

No âmbito da *ambivalência semântica digna de interesse* referido por AQUINO JAIRO, a ideia é reforçada pela YOLANDA SITOIE na medida que explica que a violência é “uma forma de resolução de conflitos no contexto das relações de poder, onde quem tem poder o exerce de forma violenta e o/a subordinado/a, por falta de capacidades de resposta e de poder, o aceita ou é obrigado/a aceitá-lo”³⁷. No seguimento desta ideia, existem situações mais vertidas nas relações sociais de Género, a qual a violência faz parte estruturante e forma de controlo, embora não seja uma ideia compactuada por muitos autores devido à larga proteção quanto lesa os direitos fundamentais pessoais.

Ainda que existam dificuldades para definir o que se nomeia como violência, alguns elementos consensuais sobre o tema podem ser delimitados: a noção de coerção ou força; o dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes a determinada classe ou categoria social, género ou etnia.

Concorda-se, neste trabalho, com o conceito de que “há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”³⁸.

³⁴ Cfr. Santos Costa, S., S. (1997). *Estereótipo da Mulher em Portugal a sua relação com a Discriminação sexual no trabalho*, Editora CITE, Lisboa.

³⁵ Cfr. Ferreira, A.B. de H, (1999). *Ano Aurélio século XXI*. 3ª Ed. Rio Janeiro. Nova Fronteira.

³⁶ Cfr. Aquino, J.Q, (1998,). *A violência escolar e a Crise de Autoridade Docente*. Cadernos cedex, Campinas, ano 19, nº 47, pp. 7 - 19.

³⁷ Cfr. Siteo Yolanda, (2012). *A importância de ter uma Lei que combate a Violência Doméstica*, p. 7.

³⁸ Waiselfisz Cfr. Júlio, (2011). *Mapa da Violência – Os Jovens do Brasil*, p. 9

O ato de violência em todas sociedades constitui outro flagelo universal que destrói as famílias, as comunidades, ameaça a vida, a saúde e o bem-estar de todos. Para cada indivíduo que morre devido a violência, muitos outros são feridos e sofrem devido a vários problemas físicos, sexuais, reprodutivos e mentais resultantes do ato de violência. Uma forma particularmente grave da violência de género é a violência doméstica, que se refere a contextos de conjugalidade e ou vivência comum.

1.3 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O CRIME PÚBLICO

A classificação da violência doméstica como crime público “revela bem a preocupação na sua repressão, que se materializa não só no andamento do processo criminal através da denúncia, mas também com o acionamento de várias medidas de proteção da vítima”³⁹. Assim num ponto de vista geral os crimes previstos no Código Penal Moçambicano ou em qualquer outro instrumento legal são públicos, sendo exceção aqueles em que o respetivo procedimento criminal depende da participação do ofendido ou de acusação particular. Na Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro o legislador cuidou de consagrar expressamente que o crime de violência doméstica é público, artigo 21.º o legislador foi prudente na sua previsão, pois, inúmeros são os casos de processos sumários nos tribunais, em que as vítimas que denunciam o fato no Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vitimas de Violência Doméstica, posteriormente, no tribunal, requerem a extinção do procedimento criminal, invocando perdão ou solução do problema ao nível familiar. Pelo que passou a ser uma grande preocupação para a sociedade moçambicana, uma vez que este fenómeno tem-se destacado muito nos últimos tempos.

O conceito da violência doméstica não é consensual, cada autor define a violência atendendo a tipologia, sentido lexical, natureza e não só, como também o meio em que é praticada e sua abrangência na sociedade.

O atual Código Penal Português no seu artigo 152.º define a violência doméstica de seguinte forma: *Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais*:⁴⁰.

³⁹ Santos Alves Flávio dos & Valente. M. M. G. (Coord), (2014). *Resposta Organizacionais da PSP em Relação ao Crime de Violência Doméstica*. Politeia: p. 79.

⁴⁰ Segundo o Código Penal Português. a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha uma relação de namoro ou relação análoga à dos cônjuge, ainda que sem habitação; c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; d) A pessoa particularmente indefesa,

A Violência Doméstica uma vez que é praticada no seio familiar e em outros locais onde as pessoas vivem e convivem, em Moçambique “atingiu já proporções significativas, limitando de forma drástica as suas enormes potencialidades, na produção, na educação e preservação da identidade e coesão da família, como o mais importante pilar que assegura a existência, manutenção e desenvolvimento do país”⁴¹.

A violência Doméstica é um ato juridicamente punido pela Lei, cada pessoa que pratica este tipo de ato, ser-lhe á aplicada as medidas de coação dependendo da gravidade dos fatos previstos na Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, e não só, como também no âmbito do Código Penal.

Um dos conceitos operacionais que devemos realçar para melhor compreender a problemática da violência é o crime. Há uma necessidade de fazer abordagem deste conceito, visto que a violência pode ser considerada por lei como crime. Para TERESA BELEZA, “crime é uma ação típica, ilícita e culposa”⁴². Para CARLA MACHADO “um crime é uma violência, uma morte, é tudo aquilo que prejudica o outro”⁴³. Mas, em termos jurídicos-criminais, mesmo que criminologicamente diz crime todo o comportamento violento, só é crime aquele comportamento que é tipificado como tal por lei previsto, escrita, certa e clara.⁴⁴

O Código Penal Português considera crime fato descrito e declarado passível de pena por lei. Contudo a definição legal do crime previsto na alínea *a*) do nº 1 do artigo 1º do Código de Processo Penal é mais elucidativa, considerando crime como “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente uma pena ou de uma medida de segurança criminal”.

Por outro lado, considera-se que o Crime não só é um fenómeno complexo, abrange vários fatores, nomeadamente biológicos, ambientais, sociais, económicos, psicológicos, psiquiátricos e outros.

nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal”.

⁴¹ Plano Nacional de Acção para a Prevenção e Combate á Violência Contra a Mulher (2008-2012). p. 14

⁴² Cfr. Beleza, Teresa, (1998). *Direito Penal*, (2ª edição revista e actualizada), associação Académica da Faculdade Direito de Lisboa.

⁴³Cfr. Machado Carla, (2004) *Crime e Insegurança*, discursos do medo imagens do outro, 1º. Ed: pp. 219-220.

⁴⁴ Dias. Jorge De Figueiredo & Andrade Manuel Da Costa. (1992). *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*, Coimbra: p. 65.

Este tipo de violência, que estamos a tratar, denomina-se Violência de Género que “é um mecanismo para controlar as mulheres, para as manter obedientes e submetidas ao seu papel tradicional”⁴⁵.

Por sua vez a grande parte dos crimes são públicos, “ser crime público significa que o MP tem quanto a eles legitimidade para como regra, promover o processo sem limitações”⁴⁶. Nesse caso o crime de violência doméstica enquadra-se na tipificação dos crimes público.

De acordo com a legislação moçambicana, o crime de violência doméstica é considerado um crime público, sendo que os crimes públicos são “aqueles em que o MP promove oficiosamente e por sua própria iniciativa o processo penal e decide com plena autonomia - embora estritamente ligado por um princípio de legalidade - da submissão ou não submissão de uma infração a julgamento”⁴⁷.

1.4 DO RELACIONAMENTO ENTRE OS TERMOS GÉNERO, FEMININO E MULHER

O fato do fenómeno feminino ter sido ignorado em larga escala pela comunidade científica originou, segundo MOITA FLORES, que os estudos da criminologia ao abordarem a problemática do crime sem terem a preocupação de diferenciarem os dois géneros, fazem com que toda a sua teorização empírica, seja sujeita a uma enorme taxa de erro, quanto ao fenómeno criminal masculino⁴⁸. Para uma melhor abordagem ao tema, temos que definir e distinguir a diferença entre “género” e “sexo”, posteriormente, o seu relacionamento na expressão feminino e mulher. De acordo com HEINDENSOHN E FARREL, a definição do género e sexo estão associados já que a lei ignora largamente o género a favor da definição legal da categoria sexo⁴⁹.

Segundo as abordagens feitas por GIDDENS, Género é um termo psicológico e cultural, estando relacionado com as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homem e

⁴⁵Nascimento Manuel, (2012). Violência Doméstica contra as Mulheres: *O Papel do género na dinâmica do atendimento*: Lisboa. P. 43

⁴⁶ Cfr Silva, G. M. (2013). *Direito Processual Penal Português*, Noções Gerais Sujeitos Processuais e Objeto. Por outra *O MP, tem legitimidade para promover o processo se limitações, como regra, porque relativamente a alguns crimes públicos há limitações a atuação do MP...*, p. 250.

⁴⁷ Cfr. Dias, J. F. (1981). *Direito Processual Penal*, 1ª. Vol,Coimbra Editora: p. 120.

⁴⁸ Cfr. Flores Moita, (1980). *Alguns Aspectos da Criminalidade Feminina em Lisboa 1974/80*, Trabalho Final de Estágio, Polícia Judiciária, Lisboa.

⁴⁹ Cfr. Heidensohn, F. F. M. (1989). *Crime and Society*, Macmillan Press, England.

mulher⁵⁰. No mesmo pensamento acrescenta RHODA UNGER, Com o qual concorda, que “no conceito género pode ser utilizado para designar os componentes não fisiológicos do sexo que são culturalmente percebidas como apropriados aos indivíduos de sexo masculino ou feminino”⁵¹. Ao identificarmos neste trabalho as características do crime e das estatísticas em relação ao sexo, não estaremos a fazer qualquer presunção quando ao seu significado em termos da identidade cultural e psicológica, segundo explica WALKLATE⁵². SUSAN BASOW entende esta matéria numa outra perspetiva na medida em que considera que o termo género é construído de acordo com inúmeros critérios psicológicos, históricos e culturais, podendo sofrer alterações ao longo do tempo e diferenciando-se de país para país⁵³.

Por outro lado, LÍGIA AMARO & SUSAN BASOW defendem que o vocábulo feminino é geralmente associado a determinados tipos de características, entre as quais se destacam: a emotiva, dependência, sensível, submissa e frágil. No entanto, a expressão feminina não é alheia ao termo género, dado que este o termo “Género” pode ser visto como separação de sexo masculino e feminino. Portanto, a *violência de género esta relacionada com o sistema que violenta, discrimina e subordina as pessoas de acordo com e devido ao sexo a que estas pertencem*, significa que, embora abranja o homem e mulheres, as mulheres constituem o maior número de vítimas de caso de violência.

Por sua vez deve ser “garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios (...), o princípio da igualdade não obsta a que se mantenha ou adotem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado”⁵⁴, “A distribuição da violência em função do género dos participantes se caracteriza pela ausência de consensualidade”, neste caso as “diferenças de género no contexto das relações amorosas juvenil não se evidenciam tão sólidas como sucede nas relações maritais”⁵⁵.

Nesta perspetiva deve-se entender por Género, as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino. Acrescenta, também, que o género está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. Em suma, a

⁵⁰ Cfr. Giddens, A. (1997). *Sociology*, 3^o Edition, Polity Press, Cambridge.

⁵¹ Cfr. Costa. S. e Santos. S. (1997). *Estereótipo da Mulher em Portugal a sua relação com a Discriminação sexual no trabalho*, Editora CITE, Lisboa.

⁵² Cfr. Walklate. S. (1995). *Gender and Crime*. Prentice Hall/Harvester Wheat sheaf, England,

⁵³ Cfr. Basow Susana. (1992). *Gender, Stereotypes and Roles*, 3^a Edition, Brooks/Cole Publishing Company, United States of America. p. 74.

⁵⁴ Cfr. António. G. B. (2002). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* Colecção Jurídica, p. 31.

⁵⁵ Cfr. Machado Carla, (2010). *Novas formas de vítimação criminal*, 1^a. Ed, Braga: p. 30.

violência de género “apresenta-se como questão bastante complexa, exigindo abordagens interdisciplinares; também como questão sensível...”⁵⁶, de modo a sensibilizar as vítimas de violência a não perpetuar estes atos violentos perante a sociedade, uma vez que este comportamento não é ético e viola os direitos do homem.

⁵⁶Cfr. Neves Sofia, aput Marialva Fávero, (2010,). *Vitimologia: Ciência e Ativismo*, Ed: Almedina. p. 150.

CAPÍTULO II - TIPOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA MULHER EM MOÇAMBIQUE

2.1 CONCEITOS Á LUZ DA LEI N.º 29/2009, DE 29 DE SETEMBRO

A lei da violência doméstica moçambicana define à Violência Contra a Mulher como sendo “Todos os atos perpetrados contra a Mulher e que cause, ou que seja capaz de causar danos físicos, sexuais, psicológicos ou económico, incluindo a ameaças de tais atos, ou imposição de restrições ou privação arbitrária das liberdades fundamentais na vida privada ou pública”⁵⁷.

A Declaração para a Eliminação da Violência Contra a Mulher (1993, adaptada pelas Nações Unidas (NU)), estabelece, no seu preâmbulo, que “a violência contra as mulheres é uma manifestação das históricas, relações desiguais de poder entre homens e mulheres, levando a dominação e a discriminação contra as mulheres pelos homens. Esta violência é um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são forçadas a uma posição de subordinação em comparação com os homens”⁵⁸.

Para CARINA QUARESMA a Violência Doméstica “é efetivamente um fenómeno muito diferente das restantes formas de violência (...) envolve repetidos episódios de violência e constitui o crime cuja probabilidade da revitimação é das mais elevadas (...)”⁵⁹, reforça a sua posição, em a qual concordamos, que a “violência doméstica pode refletir também situações de violência nomeadamente contra ascendente, descendente ou colaterais, que coabitem com o/a agressor/a e que apresentem fatores de especial vulnerabilidade. As tipologias de violência podem ser diversas, nomeadamente física, psicológica/emocional e sexual”⁶⁰.

O Conselho da Europa caracterizou a violência doméstica como «ato ou omissão cometido no âmbito da família por um dos seus membros, que constitua atentado á vida, à

⁵⁷Segundo o Glossário da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro.

⁵⁸ A Declaração para a Eliminação da Violência Contra a Mulher (DEVAW 1993, adaptada pela NU).

⁵⁹ Cfr. Quaresma Carina, & Valente M. M. G. (Coord.). (2014). *Violência Doméstica: As expectativas das vítimas e o papel das forças de segurança*. POLITEIA, ed: Especial, Lisboa: p. 45

⁶⁰ Cfr. Quaresma, Carina & Valente, M. M. G. (Coord.), (2014), *Violências Domésticas: ...*, p. 43.

integridade física ou psíquicas ou á liberdade de um ou outro membro da mesma família ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua, personalidade»⁶¹.

Noutra perspetiva a violência doméstica “faz parte integrante da experiência de muitos lares, o que tem levado muitos autores a dizer que a casa é um dos lugares mais “perigosos” das sociedades modernas (...)”⁶². Assim a violência doméstica foi definida como “qualquer conduta ou omissão que inflija reiteradamente sofrimento físico, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agredado familiar ou que não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex- companheiro, ascendente ou descendente”⁶³.

2.2 Violência conjugal

A violência conjugal é uma das formas de violência doméstica, segundo MANITA, RIBEIRO E PEIXOTO: “a violência que ocorre no seio da família é habitualmente baseada na identificação, feita pelos indivíduos, sobre o seu estado perante o casamento naquele momento, ou pela relação entre membros de um grupo doméstico”⁶⁴. Segundo estes autores supra citado o conceito de violência conjugal diz respeito à violência que tem lugar em contexto de relacionamento conjugal – entre dois parceiros, que coabitam, casados ou não.

Neste tipo de relacionamento verifica-se muitas vezes que a violência incide muito para as mulheres como vítimas, porem em alguns casos menos reportados, são homens que se encontram na posição de vítimas deste tipo de trato. Normalmente este tipo de violência baseia-se nas agressões físicas a mulher, e não só, como também o caso de injúrias que

⁶¹ Elias, Luís, &, Valente Manuel Monteiro Guedes. (Coord.), (2009). Reuniões e Manifestações- Atuação Policial- *Prespetivas Policiais Sobre Violência Doméstica*. Projeto de recomendação e de exposição de motivos, do comité restrito sobre a violência doméstica na sociedade moderna- 33ª. Sessão plenária do comité diretor para os problemas criminais, publicado no boletim do Ministério da Justiça, nº. 335, pág. 5 e segs. Coimbra: p. 251.

⁶² Cfr. Elias, Luís, Cit In, Lourenço, Nelson & Carvalho, Maria João Leote De, (2009). Violência Doméstica Conceito e Âmbito. *Tipos e Espaços de Violência*, Lisboa: Themis, ano II nº. 3, 2001, pp. 95-121. Prespetivas policiais sobre violência doméstica. P. 251.

⁶³ Cfr. Elias Luís, &, Valente, M. M. G. (Coord.), (2009- 2000). Reuniões e Manifestações- Atuação Policial- *Prespetivas Policiais Sobre Violência Doméstica*, Comissão de Peritos para o Acompanhamento da Execução do I Plano contra a violência doméstica. P. 251.

⁶⁴ Cfr. Manita Ribeiro & Peixoto, (2009). (Violência Doméstica: *compreender para intervir, guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e igualdade de Género.

posteriormente consubstanciam num ato criminal enquadrável ou não, na legislação da violência doméstica contra a mulher.

No ensinamento de COSTA, destaca que “existem várias definições de mulher agredida, desde aqui sofre repetidos e severos ataques físicos por parte daquele com quem vive, até à que é alvo, deliberadamente, de severas e repetidas injúrias por parte do companheiro”⁶⁵.

HEMPTON ROBERT considera violência conjugal “é um padrão de comportamento que ocorre sobre a forma física, emocional, psicológica, sexual e económica e que é desenvolvido com vista a perpetuar a intimidação, o poder e o controlo do agressor sobre o cônjuge maltratando”⁶⁶. No seguimento deste pensamento, mas de uma forma mais abrangente, alguns Autores defendem que a violência é: “um ato carregado de intenção e que pretende causar dor física ou injúria numa outra pessoa”⁶⁷.

Apesar da definição de violência conjugal estar associado por vezes, ao termo de violência doméstica, e não sendo, todavia consensual, Autores como ALEXANDRE E FERNANDES definem o conceito de violência conjugal como “algo que ocorre quando um marido, companheiro de fato ou coabitante inflige deliberadamente, qualquer dano físico e /ou emocional sobre a sua esposa ou companheira”⁶⁸.

A violência conjugal abrange todo tipo de violência. Para GIDDENS, a violência conjugal entende que é “um comportamento padronizado que pode incluir a violência física, económica, psicológica, sexual e emocional e é desenvolvida de forma a criar por parte de agressor intimidação, poder e controlo sobre a vítima”⁶⁹.

No centro desta violência as vítimas sentem-se desprotegidas pelo seu parceiro devido o sentimento de culpabilidade e de encobrimento do agressor, não é fácil dar ajuda às vítimas pois tão pouco dão a conhecer o fato, mas “as mulheres que procuram ajuda tendem a fazê-lo (...) por tentativas e de modo ambivalente”⁷⁰. Segundo DALIA COSTA essas mulheres ficam até certo ponto “com vergonha, culpabilização, sentimento de falhas, preocupações relativamente à exposição dos problemas particulares e familiares, medo associado a ameaças e represálias relativas ao contato com agentes externos e mesmo preocupações

⁶⁵ Cfr. Costa.E.A. (2000). Violência familiar, Ambar, Port: p. 25.

⁶⁶ Cfr. Hampton, Robert. (1993). *Physical ad sexual violence in marriage*, sage publications, Callifo. p. 113.

⁶⁷ Cfr. Straus & Costa et al. (2000), p.25.

⁶⁸ Cfr. Alexander & Fernandes, (2002). p. 6.

⁶⁹ Cfr. Giddens, Anthony. (2000) “Sociologia” fundação calaust gulberkim, lisboa: p. 711.

⁷⁰ Cfr. Dalia Costa, (2005) cit in, Dobash & Dobash, (1992,). *Percepção social de mulher vítima de violência conjugal*. p. 232.

relativamente á natureza das respostas que podem vir a obter dos agentes aos quais se dirigem para solicitar ajuda”⁷¹.

2.3 Maus tratos físicos

Os procedimentos que determinam o envolvimento e a participação de pessoas e instituições alheias à família na tarefa de proteção à criança são complexos. Os maus tratos constituem um problema que requer uma abordagem multidisciplinar e em rede, pois pode ter implicações legais, educativas, sociais e de saúde, entre outras. Todas as acuações dirigidas às crianças, mulheres, jovens e velhos devem estar integradas num plano de atuação mais amplo e articulado que inclua profissionais tais como: a polícia assistentes sociais, psicólogos, profissionais de saúde e de educação, magistrados judiciais e do Ministério Público.

A Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro prevê o tipo de crime de violência doméstica física existente⁷² (artigo 13.º e artigo 14.º), assim como também podemos encontrar a tipificação do mesmo tipo de crime no atual Código Penal Moçambicano⁷³, onde o legislador definiu o crime de violência e aplicação das penas.

A violência física contra a mulher inclui qualquer ato, omissão ou comportamento ilegais que conduzam a morte ou a prática direta de danos físicos, sexuais ou mentais na vítima, pelo agressor. Neste caso os maus tratos físicos consistem em qualquer ação não acidental, por parte de pessoa com responsabilidade, poder ou confiança, que provoque ou passa provocar dano físico na vítima.

As ações podem traduzir-se em “agressão física, castigos corporais, sensíveis, queimaduras, envenenamentos, asfixias, afogamento, golpes efetuados com objetos, pontapés, empurrar, atirar objetos, esbofetear, morder (...) a gravidade das lesões pode variar de pessoa para pessoa, cada caso deve ser tratado em função das suas características, que ate podem levar a morte da vítima”⁷⁴.

⁷¹ Cfr. Costa, Dalia, cit in, Dobash e Dobash. (1992). p. 232

⁷² Glossário anexo na Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

⁷³ CPM, Lei n.º 35/2014 de 31 de dezembro, 1.ª Ed. Aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886.

⁷⁴ United Nations Office on Drugs and Crime: *Criação de respostas policiais eficazes à violência contra as mulheres na África Austral*. P. 7.

A Lei moçambicana define a Violência Física como *qualquer conduta que ofende a integridade ou saúde corporal, nomeadamente, bofetadas, puxar, empurrar, esmurrar, beliscar, morder, arranhar, socos, pontapés, agredir com arma ou objeto*⁷⁵.

O crime de violência física simples traduz-se na situação em que a mulher ou homem atenta contra a integridade física de outrem usando instrumento ou qualquer outro objeto causando-lhe danos físicos. Ou seja *aquele que voluntariamente atentar a integridade física da mulher, utilizado ou não algum instrumento e que cause qualquer dano físico é punido com pena de prisão de um a seis meses e multa correspondente*⁷⁶.

O Código Penal moçambicano dà-nos o panorama de violência física simples, embora seja um pouco semelhante a da Lei, mas o legislador faz o enquadramento e sua pena, preceituando que *Aquele que voluntariamente causar qualquer dano físico ao congênes, ex-cônjuge, pessoa com quem viva como tal, parceiros ou ex-parceiros, namorados ou ex-namorados e familiares é punido com pena de prisão de um a seis meses e multa correspondente*⁷⁷.

Ainda neste pensamento, temos a violência física grave, *aquele que afetar-lhe gravemente a possibilidade de usar o corpo, os sentidos, a fala e as suas capacidades de procriação, de trabalho manual ou intelectual, é punido na pena prevista no artigo 170.º do presente Código, sendo a pena mínima elevada a um terço e multa nunca inferior a um ano; causar-lhe dano grave e irreparável a algum órgão ou membro do corpo, ...; causar-lhe doença ou lesão que ponha em risco a vida, ...*⁷⁸. Neste âmbito refere-se a vida de mulher.

Contudo as mulheres, que têm sofrido a violência, não tentam terminar o relacionamento, acreditando no seu potencial para o reformar. Esta perceção é reforçada pelo companheiro que, na maior das vezes, se comportam de uma maneira contida. Este comportamento vai - se reduzindo ao longo do tempo, podendo ou não levar a outras situações de violência.

Algumas mulheres tendem a procurar explicações ou justificações no seu próprio comportamento e ações. Este raciocínio não é surpreendente em sociedades que colocam na mulher a responsabilidade pelo lar, do marido e dos filhos.

⁷⁵ Cfr. Glossário de Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

⁷⁶ Cfr. Art. 13º, n.º 1. Da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro

⁷⁷ Segundo a Lei n.º 35/2014, de 31 de dezembro, Código Penal Moçambicano, ora vigente foi aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886. art. 245º, n.º1 do Capítulo IX.

⁷⁸ Segundo o art. 246º Código Penal... (2014), Ver também o art. 14.º da Lei 29/2009, de 29 de setembro.

2.4 Maus tratos psicológicos, emocionais e verbais

A violência Psicológica “é toda ação ou omissão cujo propósito seja degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças, direitos ou decisões das mulheres, através de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta ou omissão que implique um dano a saúde psicológica, ao desenvolvimento integral ou a sua auto determinação”⁷⁹.

O Código Penal moçambicano (CPM) prevê o crime de violência psicológica onde estipula que: *aquele que ofender voluntariamente e psiquicamente, por meio de ameaças, palavras, injúrias, difamação ou de calúnia, a pessoa com quem tem ou teve uma relação duradoura, laços de parentesco ou de consanguinidade ou com quem vive no mesmo teto é condenado na pena de seis meses a um ano de prisão e multa correspondente; Se ameaça tiver sido feita com o uso de algum instrumento perigoso, a pena de prisão é de um a dois anos e multa correspondente*⁸⁰. Trata-se de uma incriminação que pretende proteger, não a integridade física da vítima, mas sim a sua integridade psíquica e mental.

O abuso psicológico pode incluir o assédio no local do trabalho, chamadas telefónicas ou visitas, destruição de bens valiosos, recusa de sexo ou de afeto, e ameaças de suicídio por parte do abusador, e ameaças de retirada dos filhos na mãe.

No entanto, o abuso emocional inclui o ciúme excessivo e as tentativas de controlar o tempo e as atividades da mulher, até mesmo a forma como se veste ou penteia o cabelo. Os abusadores tentam evitar que a companheira visite ou fale com defensores com o intuito de ficar isolada de amigas e familiares, mantendo o abusador todo controlo.

O abuso verbal engloba a crítica constante, insultos e repreensões. Inclui a humilhação pública, berros, intimidação, zombar das convicções da vítima e acusações de infidelidade sem motivo valido.

Ainda neste raciocínio o CPM prevê a violência moral em que *aquele que por escrito, desenho publicado ou qualquer publicação, imputar um facto ofensivo a honra e carácter da pessoa referida no artigo 245.º, é punido nos termos do n.º 1 do artigo anterior*⁸¹.

⁷⁹ Cfr. Macaringue José Alfredo (2013), Aplicação da lei de Violência Doméstica em Moçambique: Constrangimentos Institucionais e Culturais a experiência dos Tribunais. Maputo: p .7.

⁸⁰ Segundo art. 247.º do Código Penal Moçambicano e art. 15.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro

⁸¹ De acordo com o art. 248.º CPM e art. 16.º de Lei n.º 29/2009, 29 de Setembro.

É de referir que o legislador Moçambicano veio criar o tipo criminal de coito com transmissão de doenças, uma vez que não se encontra tipificado o crime de proteção de doença contagiosa. Porém, a transmissão de doença sexualmente transmissível é considerada uma circunstância agravante do crime de violação artigo 249.º do CPM. Sem prejuízo da legislação especial relativa a transmissão do HIV⁸².

2.5 Maus tratos financeiros ou económicos ou material

Este tipo de crime ocorre quando o agressor recusa partilhar as decisões sobre dinheiro com a companheira com quem divide o mesmo espaço habitacional, quando a impede de ir trabalhar, confisca os seus rendimentos, ou retém os proveitos partilhados para uso próprio.

Contudo o agressor promove a “recusa de conta bancária separada; recusa do acesso a conta bancária da família; incumprimento das obrigações alimentares; recusa partilhar informações sobre determinadas situações financeiras conjuntas; remoção ou destruição de haveres; esperar que a companheira justifique todos os centimos ou que consiga fazer mais do que é possível”⁸³.

É de salientar que o artigo 250.º do Código Penal Moçambicano, prevê a violência patrimonial para aqueles que não prestam assistência a família, (dar o conforto e o bem-estar): *aquele que causar deterioração ou perda de objeto, animais ou bens núcleo familiar; aquele que deixar de prestar alimentos a que esta obrigado, por um período superior a sessenta dias, privando os beneficiários de sustento e de cuidados de saúde, educação e habitação; aquele que se apoderar dos bens do núcleo familiar após a morte do cônjuge, com quem vivia como tal...*⁸⁴. Neste caso quem não cumprir com todas estas obrigações prevista no CPM, será punido com forme do previsto nas Leis.

⁸² Segundo a Lei n.º 12/2009, de 12 de março, Lei de Proteção dos direitos da pessoa vivendo com o VIH/SIDA

⁸³ United Nations Office on Drugs and Crime, South Africa, Gabinete Regional para África. (2014).

⁸⁴ Nos termos do art. 250.º Código Penal Moçambicano.

2.6 Abuso sexual

Num panorama geral a mulher tem sofrido muito este tipo de ato no seu lar onde reside com o seu companheiro, onde a obriga manter relações sexuais contra a sua vontade, tendo ela a obrigação de obedecer ao seu marido, ou seja, é obrigada a ceder.

Saliente-se em tempos, este tipo de ato não era visto como crime. Era considerado como um fato cultural que varia de família para família. A mulher, quando casava, a família dizia - me que tinha de aceitar tudo o que o homem quer, e de como manter relações sexuais com ele mesmo contra a sua vontade. Tinha que estar sempre a sua disposição.

Atualmente este ato integra uma subspécie do crime de violência doméstica. Este ato está tipificado na Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, como violência sexual: *qualquer conduta que constrange a praticar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou o uso da força; que induza a comercializar ou utilizar de qualquer modo a sua sexualidade, que a impersone de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimónio, à gravidez, ao aborto ou a prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou à manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos seus direitos sexuais reprodutivos*⁸⁵.

À semelhança das mulheres, as crianças constituem um grupo vulnerável que têm estado a sofrer ações de violência, na família, na comunidade e na escola. Algumas crianças são alvo de abusos sexuais repetidos, muitas vezes prolongando-se por vários anos, nas mãos de familiares próximo. Devido à vergonha ou a ameaças de violência no caso de denúncia, muitas destas crianças sofrem um enorme trauma emocional que pode durar toda a vida.

Algumas crianças são obrigadas a trabalhar como prostitutas. Por vezes são traficadas para trabalhar no estrangeiro ou, até mesmo, no próprio país, mas distante dos familiares. Correm um risco elevado de violência física, assim como um maior risco de exposição ao VIH/SIDA. O abuso sexual prejudica a saúde física e mental da criança, o seu desenvolvimento, a sua habilidade para aprender e estudar, a sua relação com outras pessoas e, até mesmo, pode causar a morte.

A mulher ou a criança muita das vezes participam, colaboram por medo do abuso físico se recusarem, medo de lhes ser negado abrigo ou alimentação, ou alguns casos medo de serem assassinadas.

⁸⁵ Glossário em anexo na Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

Neste contexto podemos dizer, segundo a perspectiva de BRUNO FERNANDES, como qual concordamos, que o abuso sexual é “envolver a criança a tomar parte em relações sexuais quer seja a força ou por vontade dela, aproveitando se da condição de poder, confiança ou ingenuidade da criança. Nunca é culpa da criança. Também podemos considerar o abuso sexual as carícias sem consentimento, beijo forçado, insinuações, tentativa de beijar com uso da força, propostas indecentes e tentativa de fazer relações sexuais”⁸⁶. Consiste no “envolvimento da criança ou jovem em práticas que visam a gratificação do adulto ou jovem mais velho, numa posição de poder ou de autoridade sobre aquele”⁸⁷. A prática sexual pode ser obtida através de linguagem obscena, exibicionismo, utilização de fotografias ou filmes de caráter sexual, utilização de objetos para excitação, masturbação na presença da criança, práticas sexuais de relevo⁸⁸ onde se insere o delito sexual sob a forma de incesto⁸⁹.

A Lei estabelece que o “*Estado deve adoptar as especiais medidas legislativas e administrativas com vista a proteger a criança contra qualquer forma de abuso físico ou psíquico, maus tratos e tratamento negligente por parte dos pais, tutor, família de acolhimento, representante legal ou terceira pessoa*”⁹⁰.

O Estado Moçambicano acolhe no seu ordenamento jurídico, tratados e acordos internacionais⁹¹ relacionados com a mulher e a criança a fim de promover o bem-estar da criança e da mulher. Na CRM, consagra também todos os direitos da criança⁹², atendendo o princípio da universalidade e igualdade⁹³.

Todas as medidas devem ser tomadas tendo em conta o superior interesse da criança⁹⁴ onde os direitos da criança comprometem a vida da família e outros os direitos parentais deviam ser uma rede de segurança para garantir o interesse superior da criança.

⁸⁶ Cfr. Bruno, F. R. F. (2012). *Violência Doméstica: O Papel da Polícia de Segurança Pública Fase á Vitimação de Menores, Tese de Mestrado Integrado em Ciências Policiais*, Lisboa: ISCPSI.

⁸⁷ Cfr. Bruno, F. R. F. (2012) *Violência Doméstica: O Papel da Polícia de Segurança Pública Fase á Vitimação de Menores, Tese de Mestrado Integrado em Ciências Policiais*, Lisboa: ISCPSI.

⁸⁸ Beijos na boca carícias genitais e nas mamas, obrigação de manipular o órgão genitais do abusador, toque recíproco dos órgãos genitais.

⁸⁹ Incesto, categoria de abuso sexual, o qual consiste na união sexual entre parentes consanguíneos.

⁹⁰ Segundo o art. 64.º n.º 1, Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, Lei de Bases de Proteção da Criança

⁹¹ Nos termos do art.18.º n.º 1 e 2 da CRM.

⁹² Conforme ao art. 47.º e 121.º da CRM.

⁹³ Conforma o art. 35.º da CRM.

⁹⁴ Segundo o art. 3.º da Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Estado protege a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual⁹⁵ onde protege a criança contra todos os atos ilícito que a criança é submetida pelas pessoas da família ou terceiros.

2.7 CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No âmbito de violência doméstica, dependendo de caso e das famílias, a mulher violentada por vezes tende a perdoar o agressor convicta que ele já não volta a praticar o ato que já passou, mas depois de passados anos esse ato repete-se novamente durante muito tempo.

A este ato é considerado o ciclo de violência que à Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, considera ser uma *sequência repetitiva de etapas que se caracterizam pela acumulação de tensão, explosão da violência verbal, moral ou física, repetindo-se o ciclo com renovada acumulação da tensão e consequente explosão da violência com maior intensidade e frequência, podendo terminar muitas vezes com a morte de uma das partes*⁹⁶.

Este ciclo está dividido em três fases, que podemos destacar a primeira fase de aumento da tensão, tem a ver com as tensões quotidianas acumuladas pelo agressor que este não sabe resolver, criam um ambiente de perigo iminente para a vítima que é, muitas vezes, culpabilizada por tais tensões.

Esta fase normalmente é desencadeada por fatores tais como álcool, drogas, problemas económicos, desemprego. Nesta fase podem ocorrer também agressões menos (físicas ou verbais) ou ameaças perpetrado pelo agressor.

É nesta fase que sob qualquer pretexto o agressor direciona todas as suas tensões sobre a vítima. E os pretextos, que podem ser muito simples, são usualmente situações do quotidiano, onde o agressor acusa a vítima de não fazer algumas tarefas de casa, chegar tarde, ou acusa a parceira de ter amantes. Por tando na medida que a tensão vai aumentando, chega ao ponto de originar a segunda fase do ataque violento.

Contudo o ataque violento é onde o agressor maltrata a vítima fisicamente e psicologicamente, sob forma de injúrias. A vítima procura defender-se com esperança que o

⁹⁵ Nos termos do art. 16.º e 27.º da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança

⁹⁶ Segundo o Glossário da Lei n.º. 29/2009, de 29 de setembro, *Violência Doméstica Praticada contra Mulher*.

agressor pare e não avance com mais violência. Estes ataques podem ser de grande intensidade, podendo a vítima por vezes ficar em estado bastante grave, e necessitando de tratamentos médicos, ao qual o agressor nem sempre lhe dá o acesso imediato.

E, por fim, temos a última fase deste ciclo que é a fase do apaziguamento ou lua-de-mel. O agressor, depois de a tensão ter sido direcionada sobre a vítima, sob a forma de violência, manifesta - se dizendo que está arrependido, não sabe porque atuou daquela forma e promete que não a vai voltar violentar. Todavia a vítima “deixando-se levar pelas palavras do agressor, a vítima acredita que a violência chegou ao fim, contudo, é só uma questão de tempo até que aumente a tensão que leve novamente á eclosão do carrocél da violência”⁹⁷, com isto, até pode vir a invocar pretextos para que a vítima desculpabilize o comportamento violento, começa a tratar a vítima com muita delicadeza, fazendo-a acreditar que de fato essa foi a última vez que a agrediu ou a violentou.

Este ciclo é vivido pela vítima num constante medo, esperança e amor. *Medo*, em virtude da violência de que é alvo, *esperança* porque acredita no arrependimento e nos pedidos de desculpas que têm lugar depois da violência, *amor* porque apesar de violência, pode existir momentos positivos no relacionamento.

Em suma o ciclo de violência doméstica caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menos as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento. Em algumas situações limite, o culminar destes episódios poderá ser o homicídio.

⁹⁷ Soares Rui, (2001). *Violência Domestica no Âmbito da Relação Conjugal*, Novembro de POLITEIA Portuguesa.

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SISTEMA JURÍDICO MOÇAMBICANO

3.1 ANÁLISE LEGISLATIVA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MOÇAMBIQUE

A violência doméstica contra a mulher em Moçambique é um fenómeno de longa data, mas apesar disso não deixa de ser um fenómeno atual. Até ao século XX vigorou o princípio pelo qual o marido tinha poderes de violentar a sua mulher como forma de correção de um certo ato que não gostasse ou não fosse feito como o desejasse.

Com a implementação do Estado de Direito em Moçambique, sobretudo com aprovação da Constituição da República de Moçambique de 2004, consagrou - se o princípio da dignidade da pessoa humana o que implicou a consagração de outros princípios basilares de modo a garantir a imposição de um modelo social, entre eles, o da igualdade, o que fez com que as mulheres abscedessem à condição de cidadãs de pleno direito.

É certo que em todas organizações e país democraticamente estatuído prevalece o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo “que os povos das Nações Unidas (NU) reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homem e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade ampla.”⁹⁸.

Embora a cultura legislativa nesta matéria seja recente no ordenamento jurídico moçambicano, faremos uma breve análise dos instrumentos legais aceites para a prevenção e repressão deste fenómeno que há muito vem assolando a camada feminina de forma direta e/ou indireta, sobretudo quanto ao ato de violência doméstica praticada contra a mulher em Moçambique.

O Código Penal de Moçambique⁹⁹ é por excelência o instrumento legal que congrega a matéria de violência em todas as suas vertentes quando a lei especial assim nada diz, sendo este código muito recente, os seus efeitos jurídicos e de acordo com a receção do público-alvo, ainda são duvidosos para a sua eficácia.

⁹⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos, (Janeiro, 2009)

⁹⁹ Lei n.º 35/2014, de 31 de dezembro, aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886, pela Assembleia da República de Moçambique.

Contudo e de forma subsidiária e pelas suas finalidades, o Direito Penal no âmbito da violência doméstica e outros atos legalmente tipificados como crime, segundo Susana Durão “só deve intervir quando se verifica a lesão ou o perigo de lesão de um bem jurídico”, deve também “intervir *subsidiária e proporcionalmente* – adequação, exigibilidade e necessidade, razoabilidade ou proporcionalmente *stricto sensu* – e sempre no respeito e se preencher o princípio da *indispensabilidade* e sempre no respeito e concretização do princípio da igualdade...”¹⁰⁰.

Neste caso o “acesso ao direito e à justiça constitui um direito humano consagrado em vários instrumentos jurídicos internacionais, com destaque para a Declaração Universal dos Direitos do Humanos (DUDH) proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas¹⁰¹ e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP)¹⁰². Sobretudo na matéria de violência doméstica”¹⁰³. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)¹⁰⁴, Convenção Europeia Relativa à Indemnização de vítimas de Infrações Violentas, (CERIVIV)¹⁰⁵, Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças Contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Lanzarote, 25-10-2007), (CCEPCCESAS)¹⁰⁶.

Saliente-se que o acesso ao direito e à justiça são princípios consagrados na CRM¹⁰⁷, competindo ao Estado, através do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica IPAJ, assegurar a materialização efetiva deste direito fundamental. O IPAJ é uma instituição do Estado subordinado ao Ministério da Justiça, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa. Segundo a CRM, *o cidadão tem direito de recorrer aos tribunais contra os atos que violem os seus direitos e interesses reconhecidos pela constituição e pela lei*¹⁰⁸.

Algumas organizações internacionais salientam mesmo o fortalecimento legislativo no respeito de princípios da pessoa humana que “ (...) descreve o princípio da igualdade dos homens e das mulheres, se o mesmo não tiver já sido feito, assegurar por via legislativa ou

¹⁰⁰ Cfr. Susana Durão & Valente. M. M. G. (Coord). (2014). *Da Polícia à Justiça. Impasses nos canais de controlo da violência doméstica: Violências Privadas Versus Direitos Públicos*, POLITEIA, ISCPSI. p. 27.

¹⁰¹ Segundo art. 2.º a 7.º.

¹⁰² Segundo art. 2.º a 5.º.

¹⁰³ Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Vítima da Violência, (2012). p. 19

¹⁰⁴ Segundo art. 1.º Título 1.º do art. 2.º

¹⁰⁵ Segundo art. 2.º a 8.º

¹⁰⁶ Segundo art. 1.º 2.º 4.º e 18.º

¹⁰⁷ De acordo com art. 62.º n.º 1 da CRM, 2004.

¹⁰⁸ Segundo art. 70.º da CRM 2004.

por outros meios apropriados a aplicação efetiva do mesmo princípio”¹⁰⁹. Neste contexto “todo o homem é titular de interesses a proteger pelo direito, pelo simples fato da sua humanidade”¹¹⁰.

O IPAJ trabalha em colaboração com a Procuradoria-Geral da República (PGR); Polícia de Investigação Criminal (PIC); Estabelecimentos Prisionais; a PRM nas Esquadras de atendimento da Mulher e Criança vítimas de violência doméstica, as Universidades a Sociedade civil.

Nesse caso, antes do provado a nova Lei n.º 29/2009 de 29 de setembro em 2004, “a legislação que reagia a família fazia parte do Código Civil de 1967, e continha flagelos discriminações em relação as mulheres. Segundo este Código Civil, uma mulher assumia a sua plena capacidade legal aos 21 anos, considerando-se que tinha capacidades para se governar a si própria e para fazer uso das suas possessões, mas a situação era diferente para a mulher casada”¹¹¹.

Assim a justiça assumiu o compromisso da reforma legal, na revisão do Código Penal Moçambicano, visando dotar o sistema judicial de um instrumento legal no combate á violência doméstica.

No contexto moçambicano, o crime de violência doméstica tipificado no CPM¹¹², é de sobretudo de “Maus tratos”. Nesta vertente, o legislador menciona os tipos de violência e remete de forma subsidiária as regras em que só é aplicado o Código Penal, nos casos em que a violência seja extrema e leva a morte da vítima.

Vendo o legislador que há necessidades objetivas e subjetivas de reforçar os mecanismos que garantam a proteção legal às mulheres vítimas de violência doméstica, foi criada a Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, que é a Lei Base no âmbito da matéria sobre a violência doméstica não extrema, que tem como fundamento e objeto a defesa e garantia dos direitos fundamentais e do género, a ponto que preceitua que a lei em referência aplica-se para casos de “violência praticada contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares e de que não resulte a sua morte”¹¹³.

¹⁰⁹ Segundo a CEDAW no art. 2.º alínea a).

¹¹⁰ S Cfr. Caetan, o Marcello. (1977-1996). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*, Reimpressão da edição Brasileira de, 1ª Reimpressão Portuguesa..., p. 49

¹¹¹ 1º Relatório Nacional Sobre a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulher, Maputo. 2007.

¹¹² Nos termos dos art. 245.º a 251.º da CPM de 2014.

¹¹³ Segundo art. 1.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

Esta lei vem tipificar o crime de violência doméstica como crime público¹¹⁴, oferecendo às vítimas a proteção e apoio, como também estabelece parâmetros e reconhecimento que é tarefa do Estado garantir o apoio às vítimas. Contudo, esta Lei deve ter sempre em conta a salvaguarda da família¹¹⁵, e o bem jurídico protegido que é a vida previsto no CRM no artigo 40.º,

A Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher surge na senda do compromisso assumido pelo Estado moçambicano, ao ratificar, dentre vários instrumentos internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, através da Resolução n.º 4/93, de 2 de junho; o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, pela Resolução n.º 3/2008, de 30 de maio, bem assim como o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África, através da Resolução n.º 28/2005 de 30 de maio¹¹⁶.

Esta Lei é nova, após a sua aprovação pela Assembleia da República, evidenciou-se inúmeros constrangimentos na sua aplicação pelos tribunais, suscitando reflexões sobre a necessidade do seu melhoramento e adequação às condições do país e capacidades das instituições, e a necessidade de capacitar e envolver as instituições de administração da justiça para melhor responderem aos desafios da sua aplicação. A sensibilização da população nesta matéria foi a chave para que a sociedade aceitasse o seu conteúdo. Foram realizados vários debates quanta esta matéria, em que o ponto fulcral foi de se saber o destino e as medidas do violador, caso este habite com a vítima.

Com a provação desta lei houve necessidade de elevar as boas práticas dos tribunais e todas instituições envolvidos no tratamento dos crimes de violência doméstica. Pelo que passam, “necessariamente por uma correta recolha e rigorosa apreciação das penas, adequadas subsunção jurídica dos fatos e ponderada determinação da medida judicial da pena”¹¹⁷.

Segundo JUAREZ CRISTO DOS SANTOS chega mesmo a pontar que, neste sentido, é “comum o argumento de que não seria a gravidade da pena – ou o rigor da execução penal

¹¹⁴ Segundo art. 21.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

¹¹⁵ Segundo art. 37.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

¹¹⁶ Cfr. Macaringue José Alfredo. (2013). *A aplicação da Lei de violência doméstica em Moçambique: constrangimentos institucionais e culturais*. Maputo: p. 2.

¹¹⁷ Cfr. Macaringue J. A. (2014). *Aplicação da lei de violência doméstica em Moçambique:..* Maputo: p. 3.

– mas a certeza (ou a probabilidade, ou o risco) da punição que desestimularia o autor de praticar crimes...”¹¹⁸.

No que diz respeito à vítima, a Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro descuida-se na previsão e adoção de ações concretas que obriguem o infrator, assim como o Estado, a assegurar uma efetiva proteção à vítima, para que ela não sofra dupla vitimização. Não só sofre a violência do infrator como também sofre a violência do sistema penal, que vê a como um instrumento de obtenção de prova contra o infrator.

O legislador na presente lei tipificou as diferentes formas de violência, e no caso em que não resulte a morte, podendo ser aplicado para esse fim. Nesse caso temos a violência física simples, violência física grave, violência psicológica, violência moral, cópula não consentida, cópula com transmissão de doenças, violência patrimonial e violência social.

A CRM consagra nos artigos 212.º e 213.º, as funções jurisdicionais e educativas, que também se encontram consagrados no artigo 3.º da Lei n.º 24/2007, de 20 de agosto, que a prova a Lei de Organização judiciária: *garantia e reforço da legalidade como factor de estabilidade, a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos; a educação dos cidadãos e da administração pública no cumprimento voluntário e consciente das leis, visando estabelecer uma justa e harmoniosa convivência social e a penalização das violações da legalidade.*

Em Moçambique, temos também a Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ) é que uma das instituições a que as vítimas de violência doméstica recorrem em busca de apoio. Muitas mulheres chegam á AMMCJ desesperadas, na esperança de que alguém as ajude a repor a harmonia roubada de suas vidas.

Neste caso *todos os atos visados a, atentar contra a Unidade Nacional, prejudicar a harmonia social, criar divisionismo, situações de privilégio ou situação de discriminação com base na cor, raça, sexo, origem, étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, condição física ou mental, estado civil dos pais, profissão ou opção política, são punidos nos termos da lei*¹¹⁹. Ainda a lei mãe, de estabelece que *todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral...*¹²⁰.

¹¹⁸ Cfr. Juarez Cristo dos Santos (2008). p. 467.

¹¹⁹ Segundo art. 39.º da CRM de 2004.

¹²⁰ Segundo art. 40.º da CRM de 2004.

Em suma, a existência desta lei¹²¹ veio melhorar de uma forma geral a prevenção da violência doméstica em Moçambique. No âmbito jurídico - constitucional protege a vítima, dando-lhe uma segurança de que a justiça deve ser feita e os culpados devem ser punidos. Como a própria lei refere, casos da morte da vítima não é objeto da presente lei.

Outro instrumento paralelo à lei de violência doméstica é a **Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto**, aplicada segundo a realidade sociocultural moçambicana e “tendo em vista adequar a Lei da família¹²² vigente à Constituição e aos demais instrumentos de Direito Internacional, e consequentemente eliminar as disposições que sustentam a desigualdade de tratamento nas relações familiares...”¹²³.

A aprovação da lei de família em 2004, constituiu um dos principais instrumentos com elementos que protegiam a mulher da discriminação e, indiretamente da violência doméstica, o que foi fortificada com a entrada em vigor da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, estabelece a violência doméstica como motivo para a separação litigiosa e que o dever de coabitação no casamento deixa de ser obrigatório nos casos em que há maus-tratos contra um dos cônjuges¹²⁴.

Para além disso “a lei protege os direitos de propriedade das mulheres que contraíram matrimónio através do casamento tradicional assim como daqueles vivendo em união de fato; possibilita também o acesso ao crédito (pois a mulher passa a poder contrair dívidas sem necessitar do consentimento do seu marido)”¹²⁵.

3.2 PRINCÍPIOS DA ATUAÇÃO POLICIAL PERANTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e

¹²¹ Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro

¹²² Segundo art. 1.º da Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto *A família é a célula base da sociedade, factor de socialização das pessoas humana; A família constitui o espaço privilegiado no qual se cria, desenvolve e consolida a personalidade dos seus membros e onde devem ser cultivados o diálogo e a entreajuda; A todos é reconhecido o direito a integrar uma família e de constituir família.*

¹²³ Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto, Aprovada pela Assembleia da República de 24 de agosto de 2004, aprova a Lei da Família. Maputo.

¹²⁴ Cfr. Monteiro, *A Lei de Família*, 1º Brochura, Women and law in Southern Africa, (WLSA), Moçambique, Maputo, 2005.

¹²⁵ N'WETI, Comunidade para a Saúde, (2007). Revisão de literatura sobre a Violência contra a Mulher. p. 33

liberdades fundamentais do homem¹²⁶ e a polícia neste tipo de Estado deve prosseguir as suas atividades no respeito da Constituição e da Lei. Segundo GERMANO MARQUES DA SILVA, num Estado de direito democrático, a Lei é a expressão temporal do ideal de justiça e sendo este ideal um princípio ético geral, um valor moral, a realização da justiça passa pelo respeito da Lei.” Ainda o Autor refere mesmo que “a lei é a garantia da liberdade. Culto da liberdade é em grande parte sinónimo de culto da legalidade”¹²⁷.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) tem como função “*garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, tranquilidade pública, o respeito pelo estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos*”¹²⁸.

É neste sentido que todas atividades realizadas pela polícia está sujeito a controlo interno e externo. A função da polícia esta associada à ética¹²⁹ e à deontologia¹³⁰ policial como os princípios da atuação e do respeito da dignidade da pessoa humana. Segundo MANUEL VALENTE, a polícia de um Estado de direito material social democrático está onerada a defender, garantir, respeitar e promover a assunção concreta da ordem jurídica”¹³¹.

A polícia¹³² é um serviço público, garante a segurança e a tranquilidade pública, os direitos, liberdades do cidadão para que se sinta segura no seu dia-a-dia.

No prosseguimento do pensamento de MANUEL VALENTE, como o qual concordamos, a polícia ainda pode ser vista como “estádio essencial á existência da sociedade organizada política, económica e juridicamente, na qual cada homem se sinta livre na sua vontade de expressão e de circulação, se sinta um membro ativo e participativo na

¹²⁶ Cf. art. 3.º da CRM.

¹²⁷ Cfr. Silva, G. M. da (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. p. 27.

¹²⁸ Segundo art. 254.º da CRP, 2004, ver também a Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, no art. 3.º sobre a função da Polícia da República de Moçambique.

¹²⁹ Cfr. Silva, G. M. da (2001). *A Ética é um ramo da filosofia; uma reflexão sobre a moral, trata do dever ser e não apenas do o ser...*, *Ética Policial e Sociedade Democrática*. p. 27.

¹³⁰ Silva, G. M. da. (2001). *A Deontologia é conjunto de regras e de deveres profissionais próprias das profissões liberais, ou estudo de deveres definidos pela situação profissional...das pessoas que exercem uma determinada profissão*.

¹³¹ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*. Ed: 3º, p. 147.

¹³² Na visão de Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, “A Polícia deve ser o garante do bem-estar e da qualidade de vida em liberdade, em justiça e em segurança de todos cidadãos (sem qualquer discriminação, inclusive de condição de arguido ou de vítima), marcando-se como atuação no respeito e na defesa da dignidade da pessoa humana”. p. 101.

construção da sua própria comunidade e se sinta um elemento crucial e fundamental na prossecução do bem-estar social, cultural e económico, a segurança”¹³³.

Nos dias de hoje, a polícia é um órgão do Estado que assume um papel importante para a boa convivência social, sobretudo no âmbito da segurança de pessoas e bens. MANUEL VALENTE ensina que, neste sentido, “a segurança, além de um direito fundamental, é uma necessidade emergente do direito de outrem que merece a mesma proteção que a autoridade do Estado”¹³⁴.

Assim sendo a “segurança não é um compartimento isolado dentro da Constituição, antes faz parte integrante do conjunto da ordem constitucional, estando ligado aos restantes domínios constitucionais. Assim, a segurança está enleada, designadamente, na liberdade, na justiça, na legalidade, na proporcionalidade e no respeito da dignidade da pessoa humana...”¹³⁵.

Nas palavras de PEDRO CLEMENTE, com quem concordamos, a “ação policial começa na prevenção da prática danosa: *só uma polícia informada age bem*. A proteção do cidadão depende da eficácia policial. E a missão policial tem de se orientar pelos desígnios da política pública de segurança”¹³⁶. Ainda nessa ótica, escreve GERMANO MARQUES DA SILVA, que a “ação policial defende os direitos humanos”¹³⁷.

Num Estado de Direito Democrático como o nosso “a atuação da polícia, prosseguida segundo os princípios a que está vinculada, deve ser a mesma quer no modo, que nos meios, quer na finalidade, quer nos objetivos quando em causa estão menores...vítimas de um crime ou própria família, das instruções estatais e da sociedade”¹³⁸.

A polícia “é um símbolo dos mais visíveis do poder e é por isso essencial que o povo tenha confiança na sua integridade. Uma vez que a polícia tem o dever de manter a segurança na sociedade, ela dispõe dos poderes autónomos, das medidas a aplicar nas situações que se deparar com elas no exercício das suas funções. É de frisar que uma “polícia legítima é antes

¹³³ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*

¹³⁴ Cfr. Valente, M. M. G. cit in, Da DUDH. (2003). Art.s 1.º, 2.º..., *Direito de Menores*, Estudo Luso-Hispânico sobre Menores em Perigo e Delinquência Juvenil. p. 33.

¹³⁵ Cfr. Dias, H. V. (2012). *Metamorfose da Polícia*, Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade, p. 28, cit in, Valente, M. M. G. (2007), “*Da Segurança Pública: Contributo Para uma Tipologia*”, in *Estudos de Direito e Segurança*. p. 305 e seg.

¹³⁶ Cfr. Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania Policial e Segurança*. p. 10.

¹³⁷ Segundo Silva.G. M. (2001). da, *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Direitos Humanos “*são aqueles direitos de que o ser humano é titular pelo simples razão de ser humano; são direitos inerentes á dignidade da pessoa humana*. Lisboa: ISCPSI, p. 37.

¹³⁸ Cfr. Valente, M. M. G. (2003). *Direito de Menores...*, pp. 34-35.

de mais aquela que respeita a legalidade e se mostra moralmente íntegra, ela do testemunho a sua legalidade agindo com imparcialidade e eficácia tanto na repressão com na prevenção da criminalidade e no auxílio á população nas situações de necessidade”¹³⁹.

Segundo JOÃO RAPOSO “polícia é atividade desenvolvida por uns e outros, com fim de garantir a tranquilidade e a segurança pública, condições necessárias ao pleno exercício dos direitos, liberdade e garantias”¹⁴⁰.

A polícia é considerada como “a parte da administração que tem por objecto a manutenção da ordem pública e a segurança individual. Ainda no mesmo pensamento de MANUEL VALENTE a polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”¹⁴¹.

Os polícias devem agir com responsabilidade nas suas funções de dia-a-dia, tem de ser responsável. “quanto mas autonomia do corpo policial mas também a responsabilidade da corporação e dos seus membros”¹⁴².

A CRM no artigo 254.º n.º 1, consagra que a “PRM, em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e a ordem, salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, respeito pelo Estado de direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, ainda no exercício das suas funções a policia obedece a lei e serve com isenção e imparcialidade os cidadãos e as instituições públicas e privadas”.

A Policia da República de Moçambique, designada por PRM, é um serviço público, apartidário, de natureza paramilitar, integrado no Ministério do interior que faz parte da área da ordem e segurança pública¹⁴³.

¹³⁹ Silva, G. M. da. (2001). *Ética Policial*..., ppp. 20-83-85.

¹⁴⁰ Raposo João, *Direito Policial*. (2006). pp. 22-23.

¹⁴¹ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral*..., p. 51.

¹⁴² Silva, G. M. da. (2001). *Ética Policial* p. 86.

¹⁴³ No pensamento do Dias, Helder. Valente. (2012) *Metamorfose da Policia*, Ed: Coimbra. “OSP são ao mesmo tempo uma exigência da ordem jurídica (esta reclama tranquilidade e segurança externas mínimas na vida social) e uma consequência de tal ordem (só é possível uma ordem e segurança pública nos limites de uma ordem jurídica)”.

A atuação da PRM, sendo a única polícia no país é pautada pelo respeito ao princípio da proporcionalidade¹⁴⁴ e pelo respeito pela dignidade da pessoa humana, sendo a própria polícia que tem como obrigação de garantir a manutenção da ordem e tranquilidade pública, proteger bens e serviços, garantir o bem-estar do cidadão e respeitar a lei.

A PRM tem obrigação de proteger as vítimas de violência doméstica, recebe-los, ouvi-los e fazer o seu encaminhamento de acordo com o tipo de violência que a vítima sofreu. O Ministério do Interior tem promovido formações para os agentes e oficiais na área da violência doméstica, para poderem saber lidar com este tipo de situações, atendendo que este crime é muito sensível. Nestas formações não há distinção do género. Após a formação, estes elementos são distribuídos pelas esquadras para exercer as funções de atendimento à vítima. Têm trabalhado com algumas entidades nacionais e internacionais ou ONG na repressão e prevenção da violência doméstica.

No que respeita aos programas foram criados Gabinetes especializados para o atendimento de mulher, família e menores vítimas de violência, em 1999, que funcionam ainda nas esquadras de polícia. Constituem a resposta institucional á necessidade continuamente sentida de dar um suporte mais eficaz aos casos de violência”¹⁴⁵.

Até a sua criação, as mulheres vítimas de violência doméstica deparavam-se com muitos problemas quando se deslocassem a Esquadra policial para apresenta uma queixa, porque os elementos policiais não valoravam isso. Tinham a ideia de que os problemas de marido e mulher são tratados em casa e em família.

Com a provação destes instrumentos legais e a sensibilização dos elementos policiais quanto a matéria de violência doméstica e dos princípios da pessoa humana verifica-se uma mudança de ideias e consciência, sendo de certa forma prioritário os problemas de violência doméstica, ainda que as medidas de proteção as vítima não sejam bem efetivas.

Hoje em dia com a criação destes Gabinetes, as mulheres podem denunciar os crimes de violência e o processo seguir para o tribunal. Neste caso, a PRM deve agir em conformidade com os princípios da Constitucionalidade e da legalidade, onde a CRM consagrou-os nos seus artigos, 1.º, 2.º, 38.º, n.º 2, do artigo 249.º n.º 3, do 254.º e artigo 3.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto. A legalidade democrática é a garantia, o respeito e

¹⁴⁴ Segundo Valente, M. M. G. *Teoria Geral...*, (2014). “Princípio de proporcionalidade é a consolidação do Estado do direito material social e democrático e tem a sua amplitude e essência no plano da legiferação e da hermenêutica jurídica”. p. 196.

¹⁴⁵ 1º Relatório Nacional Sobre a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulher (2007). Maputo.

cumprimento das leis em geral naquilo que concerne à vida da coletividade, respeito de liberdade fundamental dos direitos do cidadão. Pelo que, a polícia não pode abdicar da legalidade nas suas ações diárias, ou seja, a polícia deve obediência à lei e à constituição. O princípio procura assegurar o primado do poder legislativo sob poder administrativo.

Para MAECELO CAETANO “o desenvolvimento da atividade administrativa segundo normas jurídicas gerais corresponde, pois, a uma dupla necessidade: de justiça para os cidadãos e de eficiência para a própria administração”¹⁴⁶. No pensamento do MIGUEL JOSÉ FARIA “o princípio da legalidade passa a ser entendido na aceção mais ampla, o que implica a submissão ao direito e não apenas a lei, no sentido formal ou material. Isto significará uma maior aproximação a critérios da justiça”¹⁴⁷, e “uma polícia que atua sob vinculação do Direito – ordem jurídica material vigente do Estado de direito democrático – e no respeito e na prossecução da efetiva defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do direito do cidadão”¹⁴⁸. No pensamento de MANUEL VALENTE “a polícia está obrigada a respeitar o bloco da legalidade (fundamento e limite), onde incluímos a *cláusula geral de polícia*”¹⁴⁹.

O princípio da proibição do excesso ou da proporcionalidade *lato sensu*, de acordo com MANUEL VALENTE, “é um princípio de consolidação de Estado de direito material social e democrático e tem a sua amplitude e essência no plano da legiferação e da hermenêutica jurídica. Segundo o pensamento deste autor, a PRM pauta a sua atuação pelo princípio da proporcionalidade, previsto no n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, onde a PRM *observa os limites da necessidade, razoabilidade, proporcionalidade e adequabilidade*, na prevenção e combate ao crime. Por outra temos que respeitar este princípio que subdivide-se em três princípios:

a) *Princípio da adequação* tem a ver com “as medidas restritivas legalmente previstas devem revelar-se como meio adequado para a prossecução dos fins visados pela lei, salvaguardando-se outros direitos ou bens jurídicos constitucionalmente protegidos...”¹⁵⁰.

b) *Princípio da exigibilidade ou da necessidade*, este por sua vez as “medidas restritivas previstas na lei devem revelar-se necessárias, melhor, devem ser exigíveis na

¹⁴⁶ Caetano, Marcelo (1990). *Direito Administrativo...*, Vol. I, 1ª Ed: p. 29.

¹⁴⁷ Cfr. Faria, Miguel José (2001). *Direitos ...*, Vol. I, Ed: 3ª Lisboa: ISCPSI. p. 109.

¹⁴⁸ Cfr. Valente. M. M. G. (2013). *Do Ministério Público ...*, p. 263.

¹⁴⁹ Valente. M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito...*, p. 170.

¹⁵⁰ Valente. M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, p. 178.

medida em que essas medidas nunca devem transpor essas exigências de prossecução do interesse tutelar...”¹⁵¹, Ou seja, funda-se na medida que se propõe alcançar. e

c) *Princípio da proporcionalidade em sentido restrito* ou da *razoabilidade*¹⁵², “as medidas ou os meios legais restritivos e os fins obtidos sintam-se em uma justa e proporcionada medida, impedindo-se a adopção de medidas legais – formais e materiais...”¹⁵³, ou seja, visa a acentuar as dimensões das garantias individuais e da proteção dos direitos adquiridos.

A PRM pauta-se também pelo princípio *da igualdade e da justiça*, previsto nos artigos 35.º, 36.º e n.º 2 do artigo 249.º da CRM. O princípio de igualdade impõe que haja igualdade na aplicação do direito, em que todos são iguais perante a lei. O princípio de justiça “é um princípio geral de intervenção da atividade policial por esta, desde logo, ser a face visível não só da lei, mas de todo o direito e, por consentimento, da justiça”¹⁵⁴.

O *princípio da imparcialidade e de isenção* este consagrado no n.º 2 do artigo 249.º e n.º 2 do artigo da CRM, assim como no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto. Este princípio impõe que os órgãos e agentes administrativos atuem de forma isenta e de forma equidistante relativamente aos interesses em jogo nas situações que devem decidir, ou seja, impõe o dever de atuar de forma isenta e a proibição de intervir em procedimentos onde existam interesses pessoais. Este princípio subdivide-se em três corolários:

a) O *princípio da adequação* tem a ver com “as medidas restritivas legalmente previstas devem revelar-se como meio adequado para a prossecução dos fins visados pela lei, salvaguardando-se outros direitos ou bens jurídicos constitucionalmente protegidos...”¹⁵⁵.

b) O *princípio da exigibilidade ou da necessidade*, este por sua vez as “medidas restritivas previstas na lei devem revelar-se necessárias, melhor, devem ser exigíveis na medida em que essas medidas nunca devem transpor essas exigências de prossecução do interesse tutelar...”¹⁵⁶ ou seja, funda-se na medida que se propõe alcançar.

¹⁵¹ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, p.178.

¹⁵² Valente, M. M. G. *Cit in*, Sousa. M. R. De. & Matos A. S. De. (2004) *Direito Administrativo Geral- Introdução e Princípios Fundamentais* - Tomo I, Lisboa: p. 207.

¹⁵³ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...* p. 178.

¹⁵⁴ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...* p. 218.

¹⁵⁵ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, p. 178.

¹⁵⁶ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...* p.178.

c) O *princípio da proporcionalidade em sentido restrito* ou da *razoabilidade*¹⁵⁷ que perconiza que “as medidas ou os meios legais restritivos e os fins obtidos situam-se em uma justa e proporcionada medida, impedindo-se a adoção de medidas legais – formais e materiais...”¹⁵⁸ ou seja, visa a acentuar as dimensões das garantias individuais e da proteção dos direitos adquiridos.

b) O *princípio da imparcialidade e de isenção*, este consagrado no artigo 249.º n.º 2 da CRM assim como no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto. Este princípio tem como “garantir a segurança interna – atue de forma isenta na determinação daquele para que não sacrifique desnecessariamente e desproporcionalmente os direitos e interesses dos particulares”¹⁵⁹.

c) O *princípio da oportunidade*, que deve “reger-se segundo critérios de objetividade e de isenção para que não se aniquile o princípio da legalidade e de boa-fé da intervenção policial”. não tem “expressão formal, mas material e instrumental no sentido de ser um princípio inerente à prossecução da atividade não só judicial criminal, mas também administrativa do Estado”¹⁶⁰.

No que diz respeito aos princípios da intervenção policial em relação aos menores, temos de ter em consideração o *princípio da responsabilidade paternal* – que “procura-se dar um papel fulcral aos pais como mentores essenciais na formação e desenvolvimento da célula familiar”; *do interesse superior da criança e do jovem* – deve se ter em conta os interesses e direitos da criança; *da privacidade*, deve respeitar a intimidade, a reserva da vida privada do menor; *da obrigatoriedade da informação* – todas as entidades intervenientes têm o dever de informar os familiares toda a intervenção conduzida pelos mesmos; e *da audição e de participação* – o menor “não só tem o direito de ser ouvido como também têm direito de participar em todos os atos e na definição da medida de proteção de direitos e de proteção, a criança ou jovem, os pais ou o representante legal ou a pessoa a quem esteja aguarda de fato”¹⁶¹.

¹⁵⁷Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...Cit in*, SOUSA. M. R. DE. & MATOS. A. S, DE. (2004). *Direito Administrativo Geral- Introdução e Princípios Fundamentais* - Tomo I, Lisboa: p. 207.

¹⁵⁸ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, p. 178.

¹⁵⁹ Valente, M.M.G. (2014)... p. 215

¹⁶⁰ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, p. 197.

¹⁶¹ Cfr. Valente, M. M. G. (2003) *Direito de Menores...*, p. 150.

CAPÍTULO IV - DAS MEDIDAS E PENAS APLICADAS NO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MOÇAMBIQUE

4.1. APLICAÇÃO DAS PENAS

Do ensinamento do MANUEL VALENTE a polícia Moçambicana tem, assim, o dever de “prossecução das suas funções de defesa da legalidade democrática, de garantia da segurança interna e defesa e garantia dos direitos, legalidades e garantias, prevenir e reprimir o crime – fato humano típico, ilícito, culposos (punível) -, cujo a realização parte do direito penal material – que tutela bens jurídicos fundamentais ao desenvolvimento do homem inserido na sua comunidade e defende o agente do crime face á força punitiva estatal – para se efetivar como o Direito Processual Penal¹⁶²”.

Neste contexto, as penas são aplicadas segundo a gravidade da violência doméstica que o agressor praticou perante a vítima. Contudo “na fixação da medida concreta da pena deve ter-se em conta culpa da vítima”¹⁶³, os *crimes previstos na lei*¹⁶⁴ *aplicam-se as destas constantes, e subsidiariamente a lei penal geral*¹⁶⁵.

Uma das penas aplicadas pelo juiz é a prestação de trabalho a favor da comunidade¹⁶⁶, este artigo é conjugado com o artigo 90.º do CPM. No caso de o infrator desobedecer à pena aplicada, ser-lhe-á aplicado o artigo 9.º¹⁶⁷, da mesma lei citada, juntamente com o artigo 252.º do CPM, ou seja, comete o crime de desobediência.

¹⁶² Cfr Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral*...., Ed: 3.ª, p. 161.

¹⁶³ Cfr. Gonçalves, Manue L, (2002). *Código Penal Português* ..., p. 247

¹⁶⁴ Lei n.º. 29/2009, de 29 de setembro

¹⁶⁵ Segundo art. 7.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro.

¹⁶⁶ Cfr. arti. 8.º de Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro. O trabalho a favor da comunidade, consiste na apresentação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas coletivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considera de interesse para a comunidade; Deve ser efetuada nos dias úteis, num mínimo de duas horas e máximo de quatro horas diárias; Aquele que, estando condenado por sentença transitada em julgado, se colocar intencionalmente em condições de não poder trabalhar ou infringir grosseiramente os deveres decorrentes da pena a que foi condenado, a pena é prolongada no dobro de tempo correspondente ao período do seu cumprimento.

¹⁶⁷ Comente o crime de desobediência qualificada, previsto no Código Penal, todo aquele condenado á pena de prestação de trabalho a favor da comunidade que: a) colocar-se intencionalmente em condições de não poder trabalhar; b) recusar-se, sem justa causa, a prestar o trabalho ou a infringir grosseiramente os deveres decorrentes da pena a que foi condenado.

Encontramos também plasmando no nosso Código Penal Moçambicano as penas acesorisa, que são aplicadas no crime de violência, artigo 64.º e as penas alternativas à pena de prisão do artigo 88.º á 104.º do CPM.

Segundo GONÇALVES e em Portugal a prestação de trabalho a favor da comunidade “consiste na prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas coletivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade”¹⁶⁸.

O CPM prevê no seu capítulo III, ceção I, aplicação das penas em geral. *Aplicação das penas, entre os limites fixados na lei para cada uma, depende da culpabilidade do agente, tendo-se em atenção a gravidade do fato criminoso, os seus resultados, a intensidade do dolo ou grau da culpa, ou motivo do crime e a personalidade do agente.* (artigo 110.º).

Entretanto tenta-se aplicar a medida de coação eficaz, “uma vez que grande parte das mulheres apresentam uma denúncia formal do seu agressor para, no imediato alcançar um patamar de segurança”¹⁶⁹. Saliente-se que estas medidas são aplicadas de modo afastar o agressor da vítima, advertindo que não deve praticar este ato de violência contra o parceiro/a, ou terceiros, pelo que à necessidade de aplicar estas medidas de coação eficazes é ainda mais relevante quando temos o caso de homicídio, e também porque atualmente o número de casos de vítimas de violência doméstica está aumentar, as mulheres tem sido violentadas e assassinadas pelo seu agressor.

¹⁶⁸Segundo Gonçalves, Manuel, (2002). O art. 58.º n.º 2, do Código Penal Português “A PTFC só deve ser aplicada, não só quando estiverem criadas as necessárias condições externas de apoio social ao infrator, como quando este não revele ter, pelo seu comportamento anterior recidivo e pelas manifestações anti-sociais da sua conduta atual, uma nítida falta de preparação da sua personalidade para se comportar lícitamente (ac. RE de 24 de Maio de 1983; CJ, VII, tomo 3, 337)”. Pp. 214-217.

¹⁶⁹ Madalena Duarte & Valente, M. M.G. (coord). (2014). Direito, justiça e violência doméstica: uma análise de representações e experiências. *Politeia*: P. 60.

4.2. DAS MEDIDAS CAUTELARES DE POLÍCIA

No que concerne às medidas cautelares de polícia, há que “realçar a sujeição premente, de entre outros de grande relevo, aos princípios da legalidade¹⁷⁰ e da oportunidade¹⁷¹”. A polícia na sua atuação deve ter em conta estes princípios, porque fazem parte das atividades policiais do seu dia-a-dia.

Neste contexto “as sociedades modernas, democráticas, assentam na ideia de que os homens são imperfeitos, devendo o direito penal”¹⁷² promover a tutela dos “bens jurídicos fundamentais da comunidade, restabelecer a credibilidade das normas e tornar a vida humana possível, com coeficiente toleráveis de segurança e liberdade”¹⁷³. Por outra deve ter em atenção aos princípios da proibição de excesso ou da proporcionalidade *lato sensu*¹⁷⁴, da igualdade¹⁷⁵ e da imparcialidade, da justiça¹⁷⁶.

Estas medidas “o meio de obtenção de prova, impõe que não basta que o meio de obtenção de prova esteja prevista na lei”¹⁷⁷, rege também na “comunicação da notícia do crime, providências cautelares e urgente dependendo do caso do crime. A saber o exame, recolha de informações, apreensões, identificação, revistas e buscas não domiciliaria, suspensão de correspondência...”¹⁷⁸, esta avaliação é feita pela Polícia de Investigação Criminal a (PIC), é encarregue de realizar ou fazer todas as diligências que tem haver com o crime de violência doméstica.

¹⁷⁰Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, 3º Ed: P. 175. Como defende Figueiredo Dias, (1981). *Direito Processual Penal*, Coimbra: Editora. p. 120.

“O princípio da legalidade defende e potencia o efeito de prevenção geral que está deve continuar ligado não univocamente à pena, mas a toda a administração da justiça penal”.

¹⁷¹ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, o princípio de oportunidade da intervenção policial, “não afasta nem aniquila a verificação do princípio da legalidade e, ainda se pode afirmar que é uma das formas de concretizar o fundamento teológico da lei; deve reger-se segundo critérios de objetividade e de isenção para que não se aniquile o princípio da legalidade da boa-fé da intervenção policial.” p. 196.

¹⁷² Valente, M. M.G. (2010). *Processo Penal*, Tomo I 3ª Ed: P. 219.

¹⁷³ Andrade, M. Da. C. Op. Cit. in *Atas da Assembleia da República*, Vol – II, Tomo - II, P. 46.

¹⁷⁴ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 3.ª ED: é um “princípio de consolidação do Estado de direito material social e democrático e tem a sua amplitude essência no plano da legiferação e da hermenêutica jurídica. É um princípio informador do princípio da legalidade como limite a quaisquer arbitrariedades do poder legislativo, do poder judicial e do poder executivo, (...)”, p. 176.

¹⁷⁵ Segundo Valente, M. M. G. (2014) “Este princípio “impõe que exista igualdade na aplicação do direito,(...), em que todos são iguais perante a leigeral e abstrata, (...)”. p. 212.

¹⁷⁶ Valente, M. M. G. (2014), “podemos afirmar que a justiça, como princípio positivo (e como direito de todos os cidadãos), ...pauta não só deve ser respeitada pela Polícia, como lhe cabe ser seu baluarte e promove-la sua atuação diária”.

¹⁷⁷ Idem. p. 175.

¹⁷⁸ Idem. p. 175.

Em cada esquadra tem uma brigada de IC, que recebe os processos vindo da própria esquadra, elaboram o auto de denúncia de violência doméstica e por sua vez mandam para a PIC, de lá os processos são encaminhados para o Ministério Público, este é tutelar da ação penal.

O artigo 6.º da lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, por requerimento do MP ou da vítima prevê que o juiz possa decretar medidas. Estas são decisões ou ações imediatas tomadas quando é verificado um caso de violência doméstica, e visam “proteger provisoriamente a vítima, prevenindo que aconteça uma repetição da violência doméstica, mediante a reeducação do agressor e o fortalecimento da autoestima da mulher”¹⁷⁹. Estas medidas têm a função de garantir o cumprimento das responsabilidades familiares por parte do agressor. A lei supracitada prevê a aplicação daquelas medidas cautelares, que têm natureza de autêntica prevenção e proteção do crime de violência doméstica.

Por sua vez estas devem constar no auto de denúncia e devem ser requeridas imediatamente pela vítima ou pelo Ministério Público para que o juiz possa as decretar. Estas medidas cautelares de polícia em que a Lei acima refere que podemos destacar as seguintes: *a) apreender a arma encontrada na posse do agressor; b) suspensão do poder parental, tutela e curadoria do agressor no âmbito das relações doméstica; c) proibição do agressor de celebrar contrato sobre bens móveis e imóveis comuns, salvo com a expressa autorização judicial; d) restituição de bens extraídos pelo agressor à vítima, como fiel depositário...*¹⁸⁰.

Saliente-se que esta disposição leva a questão de saber em que fase do processo o juiz, a requerimento do MP ou da vítima, aplica as diferentes medidas cautelares ali previstas e qual deve ser a duração daquelas medidas, em face do princípio da presunção de inocência e dos limites das penas e das medidas de segurança, plasmados nos artigos 59.º n.º 2 e 61.º n.º 1 da CRM. Com efeito, dispõe o artigo 59.º n.º 2 que *os arguidos gozam da presunção de inocência até decisão judicial definitiva*. O artigo 61.º n.º 1 da CRP estatui que *são proibidas penas e medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade com caráter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida*.

179 Siteo Yolanda, (2012). *Âmbito de aplicação de uma lei*. p. 11.

180 Segundo arti. 6.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro E) *Prestação de caução económica, mediante depósito judicial por perda e danos materiais decorrente da prática de violência doméstica; f) garantir o seguro da mulher que foi obrigada abandonar a sua residência; g) estabelecer uma pensão provisória, que corresponda a capacidade económica do agressor e as necessidades dos alimentos; e h) proibir o agressor de retirar os bens móveis da residência comum para outro local*.

Estas medidas visam também uma maior proteção das crianças em situações de violência doméstica, em que a Lei contra a violência doméstica, no seu artigo 11.º para além das circunstâncias agravadas¹⁸¹, previstas no seu artigo 33.º do CPM, acrescenta algumas agravantes do carácter especial em algumas situações como: “o crime ser praticado na presença dos filhos ou de outros menores; haver um ciclo de violência¹⁸². Haver antecedentes da violência; ser praticado contra mulher grávida; ser praticado contra mulher portadora de deficiência; ser praticado em espaço público; ser praticado numa situação em que a vítima esteja impossibilitada de pedir socorro (num local fechado, sem possibilidade de sair e pedir auxílio)”¹⁸³.

Para os casos em que haja atos demonstrativos de arrependimento e que se verifique que não houve sinais de violência durante um período de 2 anos, a pena pode ser atenuada, artigo 12.º da Lei de violência contra mulher, aplicando-se, em igualdade de circunstâncias, as situações descritivas no artigo 43.º do (CPM), que trata de circunstâncias atenuantes.

Neste sentido compete aos OPC assegurar e proceder os exames dos vestígios do crime ocorrido, na recolha de informações por meio das pessoas, que presenciaram o fato, ou por familiares, amigos vizinhos, de modo a esclarecer o crime. Em suma é necessário que se tome medidas a cautelar, para que o infrator não volte a cometer o crime ou se já cometeu, a cautelar para que não volte a cometê-lo, temos que salvaguardar e proteger o bem jurídico, “a vida”, a saúde o bem-estar do cidadão e a integridade física da vítima de violência doméstica.

4.3. PREVENÇÃO E COMBATE Á VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MOÇAMBIQUE

No que diz respeito a prevenção e o combate á violência doméstica em moçambique, foi elaborado um plano designado por Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado às

¹⁸¹ Idem. Estas circunstâncias agravadas vêm permitir um melhor enquadramento dos crimes de agressão na família, já que frequentemente estes não se dão de forma isolada. Com efeito, quando se verificam agressões entre os parceiros ou cônjuges, é porque eles vivem uma situação violenta, caracterizada por inúmeras ofensas corporais, psicológicas, sexuais ou outras”

¹⁸² Esta refere no contexto em que a mulher sofre violência constantemente e ao longo de muito tempo múltiplas formas de violência, que podem combinar as agressões físicas com as psicológicas, as sexuais e outras. Nestes caso, a lei considera que é mais grave a agressão continuada, do que a agressão isolada.

¹⁸³ Siteo Yolanda, (2012). *Âmbito de aplicação de uma Lei*. Editora: WLSA Moçambique. p. 15

Mulheres Vítimas de Violência, aprovado pelo Conselho de Ministros na 17ª Sessão Ordinária de 22 de maio de 2012, foi criado com intuito de proporcionar um ambiente favorável na prevenção e combate à violência praticada contra a mulher, através da promoção de uma cultura de equidade igualdade de género e de melhorar o acesso e disponibilidade dos serviços de atendimento às vítimas de violência de forma integrada a todos os níveis de atuação.

Na Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, o legislador consagrou no artigo 2.º o seguinte: *prevenir a violência e sancionar os infratores; proteger a mulher vítima de violência doméstica*, neste âmbito a prevenção alcança-se, não só com medidas jurídico-penais, como também com medidas educativas, que devem interferir desde cedo nos processos de socialização do indivíduo, quer do homem, quer da mulher, nos seus papéis sociais, visto que a violência doméstica na sua maioria é exercida pelo homem contra a mulher, muitas das vezes visto como um problema cultural com influências muito forte nos princípios e valores de vida transmitindo aos novos descendentes que ainda prevalecem na sociedade moçambicana.

Por sua vez podemos ter a “prevenção como medida de política criminal, através da sanção, como um dos meios dos fins das penas. Sanção mais severa, que, longe de pressupor um Estado vingador, movido por ódio, represente um meio de intimidação abstrata da sociedade, como fonte inibidora dos impulsos criminais dos cidadãos em geral para a prática dos crimes de violência doméstica, princípio defendido pela tradicional teoria da prevenção geral, no quadro dos fins das penas não obstante negar-se sucesso a esta teoria nas sociedades modernas”¹⁸⁴.

De salientar que com vista de uma maior eficiência e eficácia no atendimento aos casos de violência, foram criados fóruns específicos a nível do Ministério do Interior nomeadamente os Gabinetes de Atendimento à Família e Menor Vítima de Violência Doméstica previsto no artigo 21.º do Estatuto Orgânico da Polícia da República de Moçambique com representações até ao nível Distrital, e os Centros de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência Doméstica, que prestam apoio oficial já reconhecido direcionado ao acolhimento das vítimas de violência. Neste caso a introdução de Gabinetes

¹⁸⁴Macaringue J. A. (2013). Aplicação da Lei de Violência Doméstica em Moçambique: *Constrangimentos Institucionais e Culturais*. p. 6

pilotos nas esquadras foi aprovada em 1998. Estes visavam a formação dos agentes policiais em serviço nas esquadras, no atendimento a vítimas de violência.

Segundo LUÍS ELIAS, “constituem, assim, no que diz respeito à prevenção da problemática da violência doméstica, uma **primeira linha de intervenção**, de proteção e segurança, de atendimento das vítimas, apreensão de objetos (armas, roupas e outro tipo de objetos). Esta primeira linha de intervenção pode revestir um caráter de especial sensibilidade, tendo em consideração não só a necessidade de, em flagrante delito, saber gerir os conflitos, como tomar uma serie de procedimentos: isolar as vítimas do agressor, impedindo a consumação ou continuação da agressão; prestar, por vezes, primeiros socorros à vítima; efetuar a detenção do agressor; efetuar revistas da segurança ao mesmo, informando-o do enquadramento jurídico criminal da situação e dos seus direitos e deveres processuais”¹⁸⁵.

No pensamento de MANUEL VALENTE, “a prevenção levada a cabo pela polícia deverá, como já afirmamos, não só ser vigilante, mas também ser uma prevenção criminal em sentido estrito que permita a recolha de informações, relativas à identificação do suspeito da prática de crimes, relativas a acontecimentos delituosos que possam vir a acontecer ou já ocorridos (...)”¹⁸⁶. Neste caso a PIC, constituem uma segunda linha de intervenção, uma vez que é responsável pela gestão do local do crime, recolha dos meios da prova, apreensão dos objetos, inquirição de testemunhas e outras diligências consideradas importante para o inquérito. Concordando com MANUEL VALENTE “a recolha de informações poderá ter um efeito preventivo positivo, no sentido de que se poderá fazer cessar imediatamente a situação de perigo, poder-se-á evitar a consumação ou a continuação dos atos (...)”¹⁸⁷.

A atividade de prevenção do crime de violência doméstica é muito importante uma vez que o principal objetivo da intervenção policial neste âmbito devesse garantir a segurança, proteger as vítimas de violência.

No caso de crianças, menores e jovens a intervenção das entidades, em caso de proteção as mesmas são entregues a entidades com competência em matéria de infância ou instituições de proteção mas, compete a polícia defender a legalidade democrática, garantir a segurança nacional e no exercício dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão. Neste sentido “o

¹⁸⁵ Elias, Luís & Valente, M. M. G. (Coord.), (2009). *Prespetivas Policiais Sobre Violência Doméstica Reuniões e Manifestações – Atuação Policial*. Ed: Almedina, p. 67.

¹⁸⁶ Valente, M. M. G. & Mulas Nieves. S. (2003). *Direito de Menores- Estudos Luso-Histórico Sobre Menores em Perigo e Delinquencia Juvenil.*, Ed. 1ª, p. 257.

¹⁸⁷ *Idem.* p. 258.

legislador constitucional impôs também à Polícia o dever de garantir aos menores o exercício dos seus direitos¹⁸⁸”, tendo como o fundamental o *direito a vida* consagrado no artigo 40.º da CRM, a integridade física e moral, em epígrafe no mesmo artigo supra citado, direito á honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da sua imagem pública e á reserva da sua vida privada artigo 41.º da CRM. Neste caso todos têm direito à segurança artigo 59.º da CRM.

4.4. ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No que diz respeito ao atendimento das vítimas de violência doméstica em Moçambique, os elementos policiais têm levado a cabo vários métodos tendo em consideração a sensibilidade e a complexidade do crime. Neste âmbito há varias situações que levam com que as vítimas se sintam obrigadas a recorrerem os serviços policiais, dado que as situações têm levado um patamar muito alarmante, causando uma desordem total na família. Segundo LUÍS ELIAS, as Forças de Segurança “são normalmente, a primeira instância de controlo social a ser confrontada com a problemática da violência doméstica, são a porta de entrada de um grande número de denúncias-crime, por um lado, porque estão **próximos das populações** e são **acessíveis 24** horas por dia ao longo dos sete dias da semana e 365 dias ano, em **todo o território nacional**, e por outro lado, enquanto órgão do Estado, representam a **autoridade**, o que leva as pessoas a solicitarem ajuda que necessitam quando a sua integridade física está ameaçada”¹⁸⁹.

A PRM tem manifestado todo o empenho na prestação de garantir um melhor atendimento, apoio e encaminhamento adequado as vítimas de violência doméstica, em colaboração com outras entidades nacionais e internacionais que têm competências específicas, tendo em vista as situações de revitimação¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Macaringue José Alfredo (2013), Aplicação da lei de violência doméstica em Moçambique: *Constrangimentos institucionais e culturais – A experiência dos Tribunais*. Maputo: P. 8

¹⁸⁹ Elias Luís & Valente. M. M. G. (Coord.), (2009), *Prespetivas Policiais Sobre Violência Doméstica* Reuniões e Manifestações – Atuação Policial. Ed: Almedina. p. 267.

¹⁹⁰ Segundo Manuel. M. M. G & Chambel, Élia Mariana, Espírito Santo, Paula Do. (coord), (2011). Ciências policiais: *Estado, Segurança e Sociedade* A revitimação é definida pelo “*Home Office*” “quando sobre uma mesma pessoa ou um mesmo local, ocorre mais do que um crime dentro de um determinado período específico de tempo”(Bridgeman e Sampson, 1994 *cit. In* Hamaner, Griffens e Jerwood, (1999):. Noutra prespetiva, a de Hope *et al.* (2001, *cit. In* Cavaleiro, 2003), “a revitimação é uma subcategoria da vítima múltipla. A vitimação múltipla abrange por um lado a vitimação e por outro a vitimação sobre tipos diferentes de crime, havendo em ambos a necessidade de existir uma correlação entre as diversas ocorrências criminais”. p. 55

No entanto, algumas situações de violências são interpeladas em flagrante delito pelos agentes da polícia de proteção, nas suas rotinas diárias nas respetivas áreas de jurisdição, vulgo patrulhamento apeado, tanto motorizado como também em situações de alertas diretas ou indireta de alguns cidadãos que têm presenciado os fatos, principalmente contra crianças e mulheres, nas residências, centros infantis, nas escolas em referência sobretudo ao *bullying* como também em locais de trabalho.

De várias formas da receção de notícias deste tipo de situações no âmbito criminal como também, nas situações que não seja qualificado como tal, embora seja um ilícito e censurável na comunidade, faz se através dos atores já referidos (policiais em patrulha), a deslocação da vítima para os locais de atendimento nas Esquadras da Policiais, os ofendidos em caso a vítima ser outra pessoa ou pela coincidência de ofendido-vítima, os vizinhos que sobretudo acompanham os fatos enquanto estão nas respetivas casas como também os meios de comunicação social que têm um papel preponderante na divulgação dessas situações que substânciam de certa forma preocupações para a sociedade moçambicana em especial.

A denúncia do crime de violência doméstica “depende de uma decisão do próprio agredido ou de outrem”¹⁹¹, mas, por outro lado, o artigo 23.º n.º 1.º da Lei n.º. 29/2009, de 29 de setembro especifica que, para além da vítima, *a denúncia pode, também ser feita pelos membros da família, agentes de saúde, agentes de segurança social, membros de organizações da sociedade civil ou qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato*; numa destas unidades policiais acima situadas. Atender as denúncias de violência doméstica contra a mulher e criança é um aspeto crucial de cada caso e deve ser feito com cuidado e sensibilidade.

No que diz respeito as crianças e se tratando de casos delicados, o atendimento e o tratamento é diferente, uma vez que se trata de pessoas sensíveis e vulneráveis, a estes tipos de crime de violência e abuso sexual de menores, há medidas especiais que se deve levar em conta quando se trata de criança ou menores que são vítimas deste crime supra, elas tem direito á proteção, devendo tratá-las com muita atenção. O elemento policial que atender uma criança tem que ser respeitoso, solidário, calmo e paciente para a criança se sentir amparada e protegida, deve questionar a criança num local onde ela se sinta confortável e

¹⁹¹ Gomes, Paulo Valente, (2010). *Coleção Direitos Humanos e Cidadania 2, Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores* Estudo Sócio-Criminal, DGAI.

segura. No momento deve usar frases curtas e simples, explicar os termos e certificar -se que ela entendeu bem as questões que lhe são colocado.

Por sua vez a Lei n.º 7/2008, de 9 de julho, (Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança), no seu artigo 64.º estabelece que *deve ser adotadas medidas com vista a proteger a criança contra qualquer forma de abuso físico ou psíquico, maus tratos e tratamento negligente pelos pais, tutores, famílias de acolhimento, representantes legais ou terceiras pessoas*. Ainda na linha desta legislação de proteção da criança temos os princípios gerais do atendimento as crianças, vejamos o artigo 66.º n.º 1, determina que *o atendimento da criança é concretizada através de um conjunto de ações articuladas entre os organismos governamentais e instituições não-governamentais devidamente autorizadas*. Para todas as crianças que sofrem a violência doméstica o governo ainda deve adoptar medidas de atendimento especial adequadas, incluindo legislativas, administrativas, sociais e educativas tendentes á proteção das crianças em situação difícil ou de risco¹⁹².

Ainda no que diz respeito ao acesso a justiça, *é garantido o acesso de toda a criança ao Ministério Público e aos tribunais nos termos da lei, a assistência judiciária gratuita é prestada aos que dele necessitarem nos termos da lei*¹⁹³. Contudo, temos que ter em conta todos os direitos fundamentais, que estão previsto no artigo 4.º n.º 1 da Lei acima citada, que *as crianças gozam de todos os direitos fundamentais inerentes á pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a presente lei, assegurando-se-lhe, através do adequado quadro jurídico e outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar todo o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade*.

Ainda na linha do mesmo pensamento da lei, a criança possui direitos especiais como estão previstos no artigo 5.º onde a criança tem o *direito de crescer rodeada de amor, carinho e compreensão, num ambiente de felicidade, segurança e paz; a criança tem direito de viver numa família onde se desenvolva o respeito pelos seus membros, particularmente pelos mais velhos, e se fortaleça a identidade moçambicana, as suas tradições e valores socioculturais; a criança tem direito a ser formada para cumprir o seu dever e servir corretamente á sociedade e respeitar o bem comum*. No caso em que o agente se depara com situações de violação ou abuso sexual de criança, deve ter em atenção a idade da criança ou do menor, levar para um local seguro e isolado onde ele possa estar á sós com a criança.

¹⁹² Cf. art. 68.º Da Lei n.º. 7/2008, de 9 de julho, Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança.

¹⁹³ Conforme art. 93.º

O agente policial deve registrar a ocorrência, encaminhar a vítima imediatamente ao hospital e serviços de medicina legal, e informar da existência de tratamentos para prevenção de possíveis infecções ou gravidez resultante da violação ou abuso sexual. Preservar as evidências do crime no local de fato, incluindo no corpo da vítima (as roupas devem também ser submetidas ao exame de corpo de delito), podendo-se sustentar esta ideia com o artigo 175.º do CPPM que determina o seguinte: *nos corpos de delito verificar-se-ão, por meio de exames, plantas devidamente conferidas, decalques, fotografias ou quaisquer outro processo, os vestígios que possam ter deixados a infração, o estado do lugar em que foi cometida e todos os indícios relativos ao modo como foi praticado e às pessoas que a cometeram*. Lavrar o auto, encaminhar a vítima aos serviços de assistência psicológica, assistência jurídica, assistência social e outras entidades que fazem parte do protocolo das vítimas de violência, notificar o caso ao Tribunal de Menores ou á Seção de Menores junto ao Tribunal Judicial e á Ação Social.

Por sua vez, tem de proteger a criança do acusado, evitar a exposição da criança a outros familiares, à imprensa e demais pessoas. Se a violação ou abuso tiver tido lugar na família, isolar a criança da mesma, recolher toda a informação necessária à proteção da criança, evitar interrogar a criança porque ainda se encontra em estado de choque, fazer o acompanhamento do processo, procurar identificar e localizar o suspeito para ser punido de acordo com o CPM.

Segundo MANUEL VALENTE temos que salvaguardar todos os direitos da criança, porque “aos menores são aferidos todos os direitos de personalidade e fundamentais¹⁹⁴ sem exceção da qualquer um, recaindo sobre os demais o dever e o direito de intervir quando esses direitos estão a ser postos em causa quer pelo cidadão, quer pelo próprio Estado. As crianças fazem parte da família humana, devendo-se-lhe o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros dessa família e dos seus direitos que são iguais e inalienáveis, primados e fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo”¹⁹⁵. Pois *nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, nem a ofensas á sua honra e reputação*¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Cfr: al. c) do n.º 2 do art. 37.º e arti.s 7.º, 8.º, 9.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, e 17.º, da Convenção sobre os Direitos da Criança quanto aos Direitos Pessoais e Fundamentais.

¹⁹⁵Valente, M. M. G, & Mulas, N. S. (2013). *Direito de Menores- Estudo Luso-Hispânico sobre Menores em Perigo e Delinquência Juvenil*, Ed: 1.ª p. 57.

Cf: Preâmbulo da Convenção Sobre os Direitos da Criança.

¹⁹⁶ Cfr: art. 16.º n.º 1, da Convenção Sobre os Direitos da Criança (UNICEF), Adotada pelas Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.

Em termos legislativo, esta matéria está integrada uma Lei, que de certa forma pode ser considerada especial, no entanto, o atendimento consta no artigo 22.º n.º 3.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro, que explica as situações de atendimentos de certos níveis: *ao nível do atendimento policial deve-se garantir um espaço privado e calmo, para que as vítimas de violência apresentem as suas denúncias se intimidações e salvaguardado a dignidade e intimidade.*

É Importante aferir que a vítima de violência tem mais liberdade em se expressar perante uma autoridade ou alguém com poderes de autoridade, do que aos demais sem esse poder por se sentir segura, dado que receia que possa vir a passar mais situações por ter falado a verdade ou colocado a questão a quem tem de direito.

O agente da polícia tem de transmitir confiança e segurança à vítima, para que ela se sinta protegida, amparada e saber que pode contar com a colaboração dos mesmos.

O artigo 22.º n.º 2.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro alerta sobretudo os cuidados, aliás, os deveres que devem ser prestados às mulheres vítimas de violência, ao preceituar que *à mulher vítima de violência doméstica deve ser prestado um atendimento urgente pelas entidades policiais, sanitárias e outras, protegendo sempre a sua privacidade.*

Por sua vez, nem sempre o primeiro contato das vítimas de violência doméstica com os elementos policiais acontece nas esquadras/postos e gabinetes de atendimento a vítima. Muitas vezes o atendimento é feito na rua; e são os patrulheiros e agentes de policiamento de proximidade que, em grande parte, fazem o primeiro contato com a vítima (homem, mulher ou criança).

Saliente-se que muitas vezes quando a vítima entra em contato com a PRM, fazem-no no momento de desespero e aflição, em que à vítima sente-se ameaçada e indefesa. Em muitas situações de violência, o atendimento é feito por elementos policiais sem distinção de sexo. Na nossa opinião, seria de acolher que em situações devidamente aplaudíveis, sejam encarregues da situação os agentes policiais do mesmo sexo para a vítima sentir que os seus direitos estão assegurados nas melhores condições possíveis de privacidade e intimidação.

Contudo, não estamos a opinar que este atendimento seja feito somente por pessoas do mesmo sexo. Uma vez que nas esquadras já há elementos masculinos bem formados especificamente nesta área, com muita experiência para atender estas situações de violência doméstica, mas há casos em que é mesmo necessário um elemento feminino, quando isto

acontece torna-se vantajoso em termos de colher mais informações e tentar proteger da melhor forma a vítima. Porém, verifica-se um impasse neste atendimento dado as situações logísticas, ou seja, a deficiência dos meios humanos e materiais que condicionam cada tipo de situação em concreto.

Do ponto de vista geral o atendimento das vítimas de violência doméstica é feito pelos patrulheiros. Neste caso, a mulher fica sujeita a ser atendida por um agente feminino ou mesmo por um agente masculino, o agente que estiver no momento ou no local da ocorrência, isto devido à escassez de meios humanos. A PRM tem o maior número de elementos policiais do sexo masculino do que os policiais de sexo feminino e também devido a falta do efetivo bem capacidade, como também, as condições físicas das instalações policiais.

Cada esquadra/posto policial da PRM possui uma sala específica para o atendimento das vítimas. Em algumas esquadras, as salas não estão em condições adequadas para este tipo de atendimento, e muitas vezes a vítima não se sente à vontade de falar e relatar o caso como sucedeu devido o movimento das pessoas ou porque a sala é de acesso a outros compartimentos da esquadra, por vezes tem que recorrer o Gabinete do Comandante de Esquadra. De forma a tratar a situação com sossego, calma, o respetivo conforto e privacidade.

Esta proximidade entre o polícia e o cidadão é fundamental para que haja maior contato e aproximação entre eles, onde as vítimas de violência possam contar com estes elementos policiais, no seu acompanhamento.

Segundo JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA, “o elemento espacial é a componente Site fundamental no modelo de polícia de proximidade ou comunitário. Pode ser entendido como uma tentativa de aproximação física da polícia a população e como uma necessidade de incluir na gestão policial as especificidades do local, no sentido de corresponde as reais necessidades de segurança das populações”.

O atendimento a vítimas de violência doméstica, é feito na sala do apoio á vítima, e a sala deve estar em condições para se efetuar o tal atendimento, ou que não seja a ser utilizada para outros fins naquele momento em que a vítima esta a fazer a denúncia, e o Oficial de Permanência (equiparado com o Graduado de Serviço nas esquadras da PSP) tenha mais responsabilidade com a situação, encaminhar a vítima para a sala indicada e manter a porta fechada.

Neste caso *a denúncia pode ser apresentada perante a autoridade policial ou ao Ministério Público, verbalmente ou por escrito, podendo ser usada a via telefónica ou*

*electrónica. Após denúncia as autoridades indicadas no número anterior devem imediatamente proceder ao levantamento do auto e dar seguimento ao processo*¹⁹⁷. Outrora o artigo 160.º n.º 1 do CPPM, diz-nos também quem tem legitimidade de efetuar a denúncia saber que *toda a pessoa que tiver notícia de qualquer infração penal poderá participá-la ao juiz da comarca em que foi cometida, ao respetivo agente do MP, ou finalmente ao juiz de paz*¹⁹⁸ do respetivo julgado, indicando na participação o que souber das circunstâncias relativas á infração e seus agentes e os nomes, moradas e mesteres das testemunhas.

A violência doméstica é considerada crime e, como tal, é passível de punição legal de acordo com os artigos plasmados no Código Penal Moçambicano e a mais recente Lei n.º 29/2009, de 29 de setembro o seu artigo 21.º é um crime é público. Como tal, é importante ter em conta que independentemente do desejo da vítima em retirar a queixa oficialmente apresentada às autoridades policiais competentes, é dever das autoridades dar seguimento ao caso, pois como crime público, é do interesse geral da nação punir os perpetradores da violência doméstica.

As vítimas de violência doméstica “têm direito a assistência legal, mesmo que não reúna condições económicas e/ou financeiras para remunerar esta assistência. A IPAJ é uma instituição do Estado subordinada ao Ministério da Justiça, tem como função garantir o direito de defesa aos cidadãos economicamente carenciado, o patrocínio e assistência jurídica de que carece”¹⁹⁹. Neste caso a “vítima deve ser informada sobre as medidas punitivas e as multas/subsídios/pensões preconizados por lei no contexto do crime em causa de que a vítima pode beneficiar; informação e apoio nos passos a serem tomados para a submissão do caso em Tribunal e do ponto de situação do processo a qualquer momento, por solicitação da vítima; acompanhamento e assistência durante as audiências em Tribunal e até a proclamação da sentença e acompanhamento e assistência na submissão de recurso perante o Tribunal Supremo, se existirem condições legais para tal”²⁰⁰.

De acordo com LUÍS ELIAS, e, quanto ao “atendimento policial, “as vítimas são encaminhadas para instituições/entidades de apoio adequadas e competentes, na área da

¹⁹⁷ Cfr: art. 23.º n.º 2 e 3, da Lei n.º. 29/2009, de 29 de setembro, Lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher.

¹⁹⁸ Segundo Ribeiro, Luís M. M.S (2014), no art. 162.º do Código de Processo Penal de Moçambique, Ed: 2.ª revista e atualizada, Minervapress.

¹⁹⁹ Mecanismo Multisetorial de Atendimento Integrado á Mulheres Vítimas da Violência, Aprovado pelo Conselho de Ministros na 17ª Sessão Ordinária de 22 de maio de 2012. Ed. 1ª 2013.

²⁰⁰ *Idem*.

saúde (psicologia, hospitais, Instituto de Medicina Legal) e da segurança social”²⁰¹. O Centro de Entendimento Integrado (CAI) deve informar ao GAMC/esquadras mais próxima sobre o caso recebido, e deve também garantir que a vítima, se houver a necessidade para tal, seja atendida nos serviços de urgências, independentemente do local onde a vítima se encontra acolhida (CAI ou na casa de algum/a família/amigo) informa-la da necessidade da apresentação da queixa, os seus direitos, como a lei trata o seu caso, e que seguimentos terá o seu processo após a apresentação oficial da denúncia. Ainda no pensamento deste autor, com isto, “visa-se um atendimento, apoio e encaminhamento adequado às vítimas de violência doméstica, em colaboração com as entidades com competências específicas, tendo em vista: prevenir situações de revitimação, uma proteção mais eficaz das vítimas, bem como um trabalho em rede que permita assinalar situações de risco e melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e em especial às vítimas de crime”²⁰².

O mecanismo, desenvolvido pelas entidades públicas e privadas no atendimento no apoio e prevenção as vítimas de violência domésticas, “tem tomado cada vez mais visibilidade tendo-se vindo a quebrar as cifras negras que ate os dias de hoje se mantinham escondidas no seio da família. No entanto julgamos que as medidas policiais se concentram essencialmente numa proteção e acompanhamento da vítima ficando de algum modo esquecido o plano interventivo junto do agressor”²⁰³. Os elementos responsáveis pela investigação de crime de violência doméstica são os integrantes da Polícia de Investigação Criminal, ramo de Polícia Nacional de Moçambique.

4.5. PROCEDIMENTOS NA POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

De forma sucinta, recebida a notícia do crime por qualquer pessoa, esta é encaminhada para autoridade competente, como a polícia, os Tribunais, o Ministério Público, gabinetes de atendimento a mulher, onde é feita a triagem e solicitada a vítima para ser ouvida para construir de forma coerente ao corpus do auto, e de seguida, analisada a situação conforme

²⁰¹ Elias, Luís & Valente, M. M. G. (Coord.), (2009). Reuniões e Manifestações - Atuação Policial- *Prespetivas Policiais Sobre Violência Doméstica*.Ed: Almedina. SA. p. 271

²⁰²Elias, Luís & Valente, M. M. G. (Coord.), (2009). Reuniões e Manifestações- Atuação Policial- *Prespetivas Policiais Sobre Violência Doméstica*.Ed: Almedina. SA. p. 271

²⁰³ Rocha, Hugo (2011), *Violência Doméstica- A Atuação da Policia de Segurança Pública na Prenvenção da Revitimação*. Artigo apresentado no âmbito da dissertação de ciclo de estudos de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, sob a orientação da Prof.^a Doutora Paula Espírito Santo, depositado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna a 27 de abril de 2011. p. 66

o caso, é solicitado o ofender, como também as testemunhas para aferir-se as circunstâncias do fato e, posteriormente a decisão preliminar que vai consubstanciar em processo-crime ou não.

Desta forma, feitas estas primeira diligências no local da receção da notícia do fato criminoso ou não, o processo é enviado ao tribunal, mas embora que tenha que passar ao Ministério Público para os devidos efeitos. No caso que se verifique que há diligências pertinentes a realizar, e que o processo não pode ser submetido ao tribunal como processo sob forma sumária, ou mesmo é remetido a PIC para os devidos efeitos legais, de investigação e instrução.

Recebido o auto na PIC, o mesmo é distribuído à Brigada competente e encarregue a um agente instrutor para prosseguir com as investigações. O inspetor daquela Brigada exara um despacho de diligências necessárias e algumas com visto do Ministério Público como fiscalizador da legalidade e, por outro lado, ao juiz de instrução, dadas as competências que lhe são conferidas pela Lei nº 2/93, de 24 de junho, referente as funções jurisdicionais decorrentes na instrução preparatória dos processos-crimes.

Concluídas as diligências, todas as partes devem ser ouvidas e até acareados, realizados os exames que forem necessários como meios de prova ou de obtenção de prova, o processo é concluso e enviado ao MP para os ulteriores termos, podendo, ser devolvido para o cumprimento das diligências que, eventualmente, não tenham sido realizadas na instrução, ou aqueles factos que surgirem, posteriormente, que sejam relevantes para o processo.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A violência doméstica contra as mulheres é um fenómeno que preocupa a sociedade em geral, em particular da camada mais desfavorecida, em termos económicos, e de baixo nível de escolaridade, e ainda de situação da respetiva ordem legislativa. A falta da legislação adequada e da informação sobre a matéria a população alvo faz com que o fenómeno evolui de forma bombástica. Em termos jurídicos, vê-se um avanço nesta matéria em Moçambique, várias legislações que têm vindo a ser aprovado e as medidas severas aplicadas pelos tribunais para o efeito, embora algumas dessas medidas não sejam suficientes e eficazes para os que fazem da violência uma atividade do cotidiano. Tem-se verificado pais ou tios abusarem das filhas e sobrinhas, por elas não terem um meio económico de sustento, a mulher relativa ao marido, como se estivessem na lei da floresta, em que o mais poderoso vence ou é que manda aos mais fracos. Assim passamos a dar resposta as hipóteses levantadas e as considerações finais em forma de recomendações.

Relativamente à primeira hipótese do nosso trabalho, onde pretende-se aferir se existe ou não um esforço, por parte das entidades moçambicanas, em combater o fenómeno de violência doméstica, a mesma é válida. Dado que o nosso Código Penal Moçambicano aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 31 de dezembro, prevê situações de violência doméstica e enquadra-a nos crimes de natureza pública, permitindo de certa forma adequar a realidade moçambicana, a aquela que vinha sendo regulada pelo antigo Código Penal, aprovado Decreto de 16 de setembro de 1886.

A segunda hipótese pretendia-se aferir se são adequados, em geral, os procedimentos levados a cabo pelas autoridades policiais e outras entidades no atendimento às vítimas, segundo o atual panorama da violência doméstica em Moçambique, apuramos segundo as fontes dentro do sistema jurídico- criminal nacional que são eficaz, validando assim a hipótese. Contudo, os procedimentos não são todos seguidos pelos atores responsáveis nesta área, dada a falta de meios diversos, como materiais, efetivo qualificado como também as respetivas instalações de atendimento. A PIC por exemplo: recebe os autos vindo da Esquadra e segue os procedimentos legais de investigação e instrução, conclusos os autos são remetidos ao tribunal, depois da promoção do Ministério Público.

A terceira hipótese, em que se pretende saber se é possível identificar as principais dificuldades e problemas encontrados na aplicação da lei de violência doméstica em Moçambique, esta é também válida. Dado que a lei existe para ser cumprida, e o seu

desconhecimento não isenta da responsabilidade. Neste âmbito tem-se verificado um receio por parte das vítimas em denunciar ou levar a cabo o prosseguimento do processo, principalmente aquelas situações em que o agressor faz parte do agregado familiar, como marido ou pais (etc), pois muitas vezes estas vítimas dependem deste agressor, que, usando das posses económicas, fazem com que cale a boca das suas vítimas. Outro problema a divulgação da lei de violência doméstica para os distritos, localidades em que acontecem muitas situações de natureza criminal que não são levados a cabo.

Por último, consideramos igualmente válida a hipótese pela qual pretende-se aferir se é possível identificar os fatores que contribuem eficazmente para as ações de prevenção e repressão da violência doméstica contra as mulheres. Nesta hipótese, os principais fatores que possam contribuir de forma eficaz são a prevenção, repressão, acompanhamento das vítimas, proteção das testemunhas e das vítimas. A punição do indiciado e afastamento da convivência das vítimas seriam grande contributo, e feito isto, deve-se dar ajuda às vítimas de modo a conseguirem sobreviver sem aquele agressor em que dependem.

A formação e as capacitações nesta matéria dos agentes da PRM que atuam em primeiro lugar, como também os outros atores que trabalham nos gabinetes de atendimentos às vítimas de violência doméstica de modo a realizarem as suas atividades de forma eficaz e eficiente.

O Ministério Público como fiscalizador e em colaboração com o gabinete de Promotor da justiça têm uma missão importante em denunciar certos casos que substanciam crimes e fazer seguir os procedimentos entra o juiz que, pela sua qualidade e poderes da jurisdicionalidade, procede da melhor forma e de acordo a lei: o julgamento justo de forma restabelecer a paz jurídica naquelas famílias, na sociedade em geral.

Lisboa, 22 de abril de 2016

Leonilde João Fumo

(Aspirante a Oficial de Polícia)

/Matrícula, 800010/43M/

Referências Bibliográficas

Andrade Manuel Da Costa, (1991), *Consentimento e acordo em Direito Penal*, (Contributo para a fundamentação de um paradigma dualista), p.p. 386-387, Coimbra Editora

Aquino, J.Q., *A violência escolar e a Crise de Autoridade Docente*. Cadernos cedes, Campinas, ano 19, nº 47, 1998, p. 7-19.

Branco António Guével, (2002) Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Coleção Jurídica- Lisboa. p. 31

Bridgeman, Cressida, Louise Hobb, (1997). *Preventing Repeat Victimization: police officers guide*. London: Home Office Police Research Group.

Caetano Marcello, (1996) *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*, Reimpressão da edição Brasileira de 1977, 1ª Reimpressão Portuguesa. Coimbra.

Canotilho. J.J.Gomes, (2014), *Convenções Internacionais e Direitos do Homem*, Janeiro de Edição Letras e Conceitos Lda

Cerqueira, D. & Lobão, W, (2004) *Determinantes da Criminalidade, Arcabouços Teóricos e resultados Empíricos (dados revistos da ciências sociais)*, 47 (2) 233-269.

Carina Quaresma & V. M. M. G. (Coood), (2014). *Violência Doméstica: as Expetativas das Vítimas e o Papel das Forças de Segurança*. POLITEIA, ISCPSI, Lisboa: p. 27

Clemente Pedro. J.L. (2015), *Cidadania Polícial e Segurança*. Edição: ISCPSI-ICPOL.

Costa Manita. (2000), *Violência Família*, Ambar, Porto.

Costa, M.E., & Vale, D. (1998) *A violência nas escolas*. Lisboa: instituto de Inovação Educacional,

Costa, S; Santos, S. (1997), *Estereotipo da Mulher em Portugal a sua relação com a Discriminação sexual no trabalho*, Editora CITE, Lisboa,.

Cavaleiro, Rodrigo, (2003). *O Fenomeno da Revitimação – Numa Prespetiva Policial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Dicertação de Licenciatura).

Débora Bianca Xavier Carreira, *Violência nas Escolas: qual é o papel da Gestão?*

Dias Hélder. V. (2012), *Metamorfoses da Polícia, Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Ed. Almedina.

Dias J. De Figueiredo, In, Andrade, M. Da Costa, (1992). *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*, Coimbra editora limitada.

Dias J. F. de (1981). *Direito Processual Penal*, 1º. Vol. Coimbra Editora.

Espírito Santo, Paula (2010). *Introdução à Metodologia em ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Sílabo.

Ferreira, A.B. De H, (1999). *Ano Aurélio século XXI*. 3ª Ed. Rio Janeiro. Nova fronteira.

Alves Flávio dos Santos, Valente. M. M. G. (Coord), (2014). *Respostas Organizacionais da PSP em Relação ao Crime de Violência Doméstica*, Politeia: Edição Especial. p. 79.

Giddens, A. (1997). *Sociology*, 3.º Edition, Polity Press, Cambridge.

Gidders, Anthony, (2000). *Sociologig*, Fundação Calaustr Gulbernkim, Lisboa.

George Murdock, (1949). apud Fausto Amaro (2006).

Gonçalves Manuel L.M, (2002) *Código Penal Português*, Anotado e Cometado-Legislação Complementar, Ed. 15ª.

Gonsalves Manuel, (2007). *Código Penal Português na Doutrina e na Jurisprudência*, Ed. 2ª, Coimbra Almedina.

Hampton, Robert, (1993). *Physical ad Sexual Violence in Marriage*, Sage Publicationns, Callifornia. p. 113.

Hamaner, Jalna, Sue Griffiths, David Jerwood, 1999. *Arresting Evidence: Domestic Violence and Repeat Victimisation*. Police Research Series Paper, 104, London, Home Office.

Heidensohn, F; Farrel, M, (1989). *Crime and Society*, Macmillan Press, England

Hugo Rafael Moreira Da Rocha, (2011). *Violência Doméstica a Atuação da Polícia de Segurança Pública na Prevenção da Revitimação*, pp. 54-66

Hope, Tim Jane Brayan, Alan Trickett, Denise Osborn, (2001). “The phenomena of Multiple Victimization: The Relationship between Personal and Property Crime Risk”. British Journal of Criminology, Vol. 41.

João Raposo, (2006). *Direito Policial*. pp. 22-23)

Jorge Miranda, (1994). *Manual de Direito Constitucional do Estado*, Ed. 3ª, Revista e atualidade.

José Oliveira Ferreira, (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento- A Emergência do Policiamento de Proximidade*, Ed. Amedina, SA.

José Alfredo Macaringue (2013). (Juiz de Direito), *Aplicação da lei de Violência Doméstica em Moçambique: Constrangimentos Institucionais e Culturais*

Luís Elias, In, Valente, Manuel Monteiro Guedes (Coord.), (2009). *Reuniões e Manifestações- Atuação Policial-Prospectivas Policiais Sobre Violência Doméstica*.

Machado Carla, (2010). *Novas formas de vítimação criminal*, 1ª Ed: Braga.

Machado Carla, (2004). *Crime e Insegurança: Discursos do medo, imagens do outro*, 1º. Ed: março.

Manita.C. Ribeiro E Peixoto, C, (2009). *Violência Doméstica: Compreender para intervir, Guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*. Lisboa, Coimbra, Para a cidadania e igualdade de Género.

Marcelo Caetano (1990) *Direito Administrativo*. Introdução – Organização administrativa – Actos e Contratos Administrativos, Vol. I, 1ª Ed. 4ª Reimp. Coimbra: Almedina, p. 29.

Marcelo Caetano, *Manual de Direito* (1990...., Vol. II, 10ª.Ed., 4ª reimpressão, p. 1150.

Madalena Duarte & Valente. M. M. G. (Coord). *Direito, justiça e violência doméstica: uma análise de representação e experiência*. Politeia, Ed: Especial. p. 60

Mecanismo Multisetorial de Atendimento Integrado á Mulher Vítima de Violência, (2012), Aprovado pelo Conselho de Ministros na 17ª Sessão Ordinária de 22 de Maio 2012. Ed. 1ª

Miguel José Faria, (2001). *Direitos ...*, Vol. I, 3ª Ed. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI, p. 109.

Mota Flores, (1980-1974). *Alguns Aspectos da Criminalidade Feminina em Lisboa*, trabalho Final de Estágio, Polícia Judiciária, Lisboa.

Neves. A. Sofia, In, Fávero Marisalva, coord, (2010). *Vitimologia: Ciência e Ativismo*, novembro, Ed: Almedina. SA, Coimbra.

Nilo Odalia, (1989). *O que é a violência*. Coleção Primeiros Passos. 4ª ed, São Paulo: Editora Brasiliense,

Ortega, Rossio e Del Rey, Rosário (2002). *Estratégias educativas para a prevenção da violência*. Brasília/DF: UNESCO, UCB (Universidade Católica de Brasília) e Observatório de Violências nas Escolas (UCB).

Plano Nacional de Ação Para a Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher (2008-2012), Aprovado no 26º Sessão do Conselho de Ministros de 28 de outubro de 2008.

Rocha, Hugo, R.M, (2011). *Violência Doméstica- A Atuação da Polícia de Segurança Pública na Prevenção da Revitimização*.

Valente, M. M. G. & Chambel. É. M. & Espírito Santo Paula do (coord), Ciências policiais: *Estado, Segurança e Sociedade*. P.55.

Silva Germano. M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. p. 37.

Silva Germano. M. (2013). *Direito Processual Penal Português*, Noções Gerais Sujeitos Processuais e Objeto, Ed. 7ª. Vol. I, pp. 250-93-83.

Susana Basow (1992). *Gender, Stereotypes and Roles*, 3ª Edition, Brooks/Cole Publishing Company, United States of America.

Susana Durão & V. M. M. G. (Coord), (2014). *Da Polícia à Justiça. Impasses nos canais de controlo da Violência Doméstica*. POLITEIA, ISCP SI, Lisboa: p. 27

Teresa Beleza, (1998). *Direito Penal*, (2ª edição revista e actualizada), associação Académica da Faculdade Direito de Lisboa,

Yves Michaud, (1987). *A violência*. Coleção Princípios e Fundamentos. São Paulo: Editora ática.

Valente M. M.G. (2010). *Processo Penal*. Ed. 3ª, Tomo I

Valente. M. M. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, Ed. 3ª

Valente M .M.G. In Mulas Nieves. S. (2003). *Direito de Menores- Estudos Luso-Histórico Sobre Menores em Perigo e Delinquência Juvenil*. Ed. 1ª.

Valente, Manuel. M. G (2009), “*Reuniões e Manifestações Atuação Policial*”, Almedina, Coimbra.

Valente. M. M G Chambel Élia., Santo Paula, E. (Coord.), *Ciências Policiais- Estado, Segurança e sociedade*.

Walklate. S., *Gender and Crime*. (1995). Prentice Hall/Harvester Wheat sheaf, England,

Yves Michaud, (1987). *A violência*. Coleção Princípios e Fundamentos. São Paulo: Editora ática.

Yolanda Siteo, (2012). *A Importância de ter uma lei que Combate a Violência Doméstica*, Ed: - WLSA Moçambique.

Yolanda Siteo, (2012). *Procedimentos e Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica*, Editora WLSA Moçambique.

(Yolanda Siteo (2012). *Âmbito de aplicação da Lei, Circunstâncias agravantes e medidas cautelares*, Editora WLSA Moçambique.

Legislação

Código Civil

Código de Processo Penal e Legislação Complementar de Moçambique, 2014, 2ª. Ed.

Código do Registo Civil, aprovado pela Lei 12/2004, 8 de dezembro

Código Penal de Moçambique - Aprovado pela Lei n.º. 35/2014 De 31 de dezembro, 1ª. Ed.

Constituição da Republica de Moçambique 2004

Lei n.º. 29/2009, de 29 de setembro- que aprova a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra Mulher.

Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto- que aprova a Lei de Família

Lei n.º. 7/2008, de 9 de julho- que aprova a Lei de Protecção dos Direitos da Criança

Lei n.º. 8/2008, de 15 de julho- que aprova a Lei da Organização Jurisdicional de menores.

Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, lei da Polícia da República de Moçambique e Revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro.

Resolução n.º 4/95 de 11 de julho de 1995.

Conselho de Ministros (2007). Resolução do Conselho de Ministro n.º 19/2007 de 15 de maio.

Legislação complementar

Carta Africana dos Direitos da Criança;
Convenção Sobre os Direitos da Criança;
Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 26 de junho de 1981;
Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança de Julho de 1990;
Comissões de Proteção da Criança e Jovens;
Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Teses consultadas

Bruno Filipe Ribeiro Fernandes, *Violência Doméstica- O papel da Policia se Segurança Pública Fase á Vitimação de Menores*, orientadora: Professora Doutora Susana Durão, 2012.

David Arsénio Henriques David, *Delitos Cometidos por Menores- Análise Comparativa entre os regimes Jurídicos Vigentes em Moçambique e Portugal*, orientador: Mestre João da Costa Andrade. 2014. Lisboa

Hugo Rafael Moreira da Rocha, *Violência Doméstica- A Atuação da Policia de Segurança Pública na Prevenção da Revitimação-* orientador: Professora Auxiliar Agregada Doutora Paula Espirito Santo, 2011. Lisboa

Manuel Reis Gonsalves Nascimento, *Violência Doméstica contra as Mulheres: O papel do género na dinâmica do atendimento*, 2012. Lisboa

Sítios da internet

www.unicef.org/mozambique (consultado em outubro).

www.reid.org.br/arquivos/00000228-07-09-santos.pdf; (Consultado em outubro).

www.wlsa.org.mz/ (Consultado em novembro).

<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Salgado-Catarina-regime-juridico-da-violencia-domestica-praticada-contra-a-mulher-no-direito-penal-mocambicano-Algumas-consideracoes.pdf> (Consultado em novembro).

Anexos

Lei nº. 29/2009, de 29 de setembro- que aprova a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra Mulher.

Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, Lei da Polícia da República de Moçambique e Revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro.

Lei n.º 8/2008, de 15 de julho, Lei da Organização Tutelar de Menores

Lei n.º 35/2014, de 31 de dezembro, Código Penal aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886.

Organograma.